

05/07/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MEC suspende contratos de 89 consultores](#)

[Prazo para renovação do Fies](#)

[Revista de alunos é questionada](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Do ensino integral à cocaína](#)

[O jovem e os cientistas, por uma narrativa que inclua o ser humano concreto](#)

[Gestão Covas tem pior semestre de matrículas em creche desde 2013](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[A educação como valor permanente](#)

[Ministro suspende contrato de 89 consultores](#)

O GLOBO - RJ

[‘A EDUCAÇÃO É UM TRABALHO QUE PRECISA SER FEITO EM EQUIPE’](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[MEC cancela contrato](#)

Imprensa Estadual

DESTAK

[MEC suspende acordo de consultoria](#)

MEIO NORTE - PI

[Cidade de União realiza simulado com alunos](#)

O DIA - RJ

[MEC anula contrato com organização internacional](#)

Agências de notícias e sites

AMAZONIA

[Lançado na Europa mapa do envenenamento de alimentos no Brasil](#)

A TRIBUNA - MT

[A pós-graduação stricto sensu no Brasil: breve histórico, estrutura e entraves \(Parte I\)](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC anula contrato com organização internacional](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC anula contrato com entidade internacional por suspeita de irregularidades](#)

PORTAL ISTOÉ

[Tribunal absolve Eliseu Padilha em ação envolvendo certificado a universidade](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC anula contrato com organização internacional](#)

[Transporte representa 25% das emendas das bancadas estaduais para educação](#)

Agências de notícias e sites

TRIBUNA UNIÃO

[Professores tentam entregar troféu irônico a ministro e são barrados no MEC](#)

G1

[MEC suspende acordo de cooperação técnica sob suspeita de irregularidades](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Professoras de inglês das Etes ganham bolsas de estudos nos EUA](#)

TERRA

[MEC pede para Wikipedia excluir artigo sobre o ministro Abraham Weintraub](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Fies abre prazo para renovação de contratos firmados a partir de 2018](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Enem Digital começa a ser aplicado em 2020 e divide opiniões](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Enem adotará prova digital em 2020](#)

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM

[Governo investe na ampliação de escolas do Ensino Fundamental](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Enem digital traz mais perguntas que respostas. Até professores têm dúvidas](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA DO MATE

[Professora Fernanda Saldanha embarca para intercâmbio no Canadá](#)

JORNAL DA USP - SP

[O projeto da nutricionista que leva informação direto para o seu celular](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Professores embarcam rumo à capacitação no Canadá](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Enceja Exterior: prazo de inscrição termina nesta sexta-feira](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Perfil de ministro da Educação na Wikipedia passa por 25 mudanças em três dias e](#)

[MEC pede que seja tirado do ar](#)

METRÓPOLIS

[Por frases dúbias, ministro da Educação quer sair da Wikipedia](#)

PORTAL EXAME

[Ministro da Educação quer sair da Wikipedia](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC vai testar Enem digital e prevê prova 100% online em 2026](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Professoras de inglês das Etecs ganham bolsas de estudos nos EUA](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC quer que Wikipédia exclua perfil de Weintraub](#)

[MEC vai testar Enem digital e prevê prova 100% online em 2026](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

MEC suspende contratos de 89 consultores

Ministro diz que foram identificadas irregularidades nos documentos. Os serviços de assistência técnica eram prestados por meio de acordo firmado com a OEI. Organização nega falta de lisura e crítica "decisão unilateral"

Educação

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou, em entrevista coletiva, a suspensão de contrato de 89 consultores que prestavam assistência técnica ao ministério por meio de acordo com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Os valores nominais somavam R\$ 178 milhões.

Cinquenta dos consultores eram da área de tecnologia da informação, e os demais profissionais atuavam em atividades diversas em todas as secretarias. De acordo com o consultor jurídico do Ministério da Educação, Rodrigo Pirajá, os contratos faziam parte de acordos de cooperação técnica com organismos internacionais e apresentavam

irregularidades.

Segundo ele, o MEC repassava à OEI valores a título de contribuição voluntária, e o organismo fornecia mão de obra, que era paga pela organização. “Acordos desse tipo são comuns e regulares, desde que obedçam ao Decreto nº 5.151/2004, que dispõe sobre a exigência de uma série de procedimentos e formalidades. O acordo específico não passou por esses processos”, afirmou. Os órgãos de controle foram acionados, e as irregularidades detectadas, repassadas ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da República e ao Ministério Público Federal. Outros contratos e acordos estão sendo analisados.

A seleção dos consultores era feita pelo MEC. O acordo difere do padrão jurídico adotado pela pasta. Agora, será apurada a responsabilidade. “Pode ser uma mera irregularidade sem punição a ninguém, ou pode descambar numa improbidade administrativa”, explicou Pirajá.

De acordo com o MEC, esse tipo de prática aumentou ao longo do tempo. Nesse acordo específico com a OEI, foram repassados R\$ 4,4 milhões à organização em 2008. Em 2018, o valor foi de R\$ 37,4 milhões. O repasse mais recente foi feito no ano passado. O Ministério da Educação tem outros acordos parecidos, inclusive com a OEI e outros organismos internacionais, mas até o momento não foram encontradas irregularidades.

“Não estou acusando ninguém de roubo, não estou acusando ninguém de dolo. Quem vai definir isso são os órgãos responsáveis. No entanto, optamos por suspender tudo que apresentasse sinais de irregularidades”, afirmou Weintraub.

Em nota, a OEI afirmou ter sido surpreendida com a medida. “Uma decisão unilateral da atual gestão do MEC, uma vez que a OEI não foi convidada para ser ouvida, em nenhum momento, no decurso do processo, nem ao menos foi solicitado qualquer aporte de informação complementar ou para esclarecimento”, diz um dos trechos.

A organização ressaltou seu “total compromisso com a transparência e garante a regularidade de todos os seus contratos”. E frisou desconhecer qualquer irregularidade ou falta de lisura, “tanto que se colocou à disposição da atual gestão do MEC para oferecer esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas”.

Experiência

A OEI também destacou a larga e profunda experiência de atuação junto ao Estado brasileiro desde 2001, em parceria com órgãos da administração pública direta e indireta, incluindo o MEC. Ressaltou, ainda, entender a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento e o aprimoramento das políticas educacionais brasileiras, motivo pelo qual mantém total interesse na continuidade da parceria com a pasta.

“Indicamos que a OEI é auditada anualmente por auditoria externa independente, por auditoria interna e pela União Europeia. Por sermos pautados pela transparência, já oferecemos ao Ministério da Educação todas as informações e, até o presente momento, não recebemos nenhuma resposta”, afirmou, na nota.

* Estagiárias sob a supervisão de Cida Barbosa

Programas

Como exemplos de ações no campo da educação desenvolvidas pela OEI, a organização citou o Programa de Bilinguismo, com foco no fortalecimento da língua portuguesa, incluindo a atuação junto a escolas de fronteira; o Programa Primeira Infância e Educação; o Programa Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania; e o Programa de Mobilidade, entre outras ações desenvolvidas a partir do apoio dos estados-membros da OEI.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Prazo para renovação do Fies

EDUCAÇÃO

Estudantes têm até 31 de agosto para renovar os contratos do Novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O processo deve ser realizado por meio do site www.sifesweb.caixa.gov.br e vale para contratos assinados a partir de janeiro de 2018.

Segundo a Caixa Econômica Federal, uma das condições para fazer o aditamento é estar em dia com os pagamentos. A expectativa é de que 128 mil estudantes realizem o procedimento. A não renovação por três semestres consecutivos pode ocasionar o cancelamento do contrato.

Se houver necessidade de alterações no documento, o estudante deve comparecer a uma agência da Caixa. Para mudança de fiador, o beneficiado pode comparecer à agência com o novo fiador e apresentar a documentação necessária para assinatura de termo aditivo ao contrato. Pedidos de suspensão ou encerramento também já podem ser feitos. Já solicitações de transferência de instituição de ensino, somente a partir de segunda-feira.

A forma de pagamento no Novo Fies passa a ser mensal, com emissão de boleto. Além disso, o novo modelo exige seguro prestamista (cobertura em caso de falecimento do estudante) e ausência de carência para pagamento da amortização do contrato.

O estudante de psicologia Jalil Karajeh, 21 anos, viu no programa a chance de ingressar numa universidade e arcar com as despesas de forma mais acessível. Ele está no 5º semestre e já fez a renovação de contrato, inclusive com alteração de curso. “O sistema de renovação é aceitável, mas acredito que seria melhor se fosse mais simplificado. Poderiam melhorar a fluidez dos processos e aumentar a quantidade de pessoas disponíveis para ajudar”, opinou.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Revista de alunos é questionada

Órgão pediu que Tribunal de Contas do DF suspenda a portaria que autorizou vistoria nos pertences de estudantes da rede pública por entender que medida afronta princípios de legalidade, dignidade e liberdade de pensamento

EDUCAÇÃO

Uma portaria da Secretaria de Educação que prevê a vistoria de pertences de alunos e proíbe a promoção de campanhas religiosas e político-partidárias nas escolas públicas virou alvo do Ministério Público de Contas do DF. O órgão pediu que o Tribunal de Contas do DF conceda medida cautelar para suspender os efeitos da portaria até que o

plenário avalie a questão por entender que a norma afronta os princípios da legalidade, da dignidade e da liberdade de pensamento e de crença.

No caso das vistorias de estudantes, a portaria delimita que “a direção da unidade escolar poderá promover verificação de segurança de rotina, com a escolha aleatória de, no mínimo, cinco estudantes”. Aos alunos, seria dada a oportunidade de exibição espontânea dos pertences com a presença de duas testemunhas e, quando necessário, de autoridade policial competente.

Na representação, o procurador-geral do MPC/DF, Marcos Felipe Pinheiro Lima, destaca que há indícios de que houve descumprimento de preceitos constitucionais e legais voltados para proteção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Segundo ele, a análise do tema está dentro das competências do MPC/DF, “sobretudo em razão de prática de atos de natureza administrativa com base no mencionado ato infralegal”. Ele alega que o Ministério Público de Contas tem competência para requerer ao TCDF “medidas para salvaguarda dos interesses da Justiça, da Administração e do Erário”.

Marcos Felipe admite que há intenção legítima da secretaria de promover melhoria do ambiente escolar, mas ressalta que os métodos não são compatíveis com as regras constitucionais e legais. “Exemplificativamente, em relação à busca pessoal nos educandos, o órgão poderia melhorar o sistema de monitoramento do ambiente escolar, inclusive com utilização de detectores de metais. Por óbvio, trata-se de medida adequada para o fim proposto pelo ato atacado e, sobretudo, mais harmônica com as garantias constitucionais e legais dos discentes”, sugere.

O procurador acrescenta que os termos utilizados na portaria são “pouco elucidativos” e abrem brecha para abusos. “Não sendo improvável cogitar que a aplicação da norma pode acabar culminando em tratamento abusivo e vexatório aos discentes, o que é absolutamente incompatível com as funções precípua de unidades destinadas à formação dos cidadãos, como é o caso das escolas”, avalia.

Ao tratar da proibição de manifestação de cunho religioso nos colégios, Marcos Felipe argumentou que a norma fere princípios da base educacional brasileira, como a liberdade de divulgação de pensamento e o pluralismo de ideias: “Partindo a iniciativa dos estudantes, não parece haver motivo consistente para que a administração das escolas obste a realização de manifestações nas escolas”.

Preconceitos

A representação foi motivada por denúncia do deputado distrital Leandro Grass (Rede). O parlamentar argumentou que, no caso das revistas, os motivos apresentados pela Secretaria de Educação na portaria não são capazes de justificar a restrição de garantias fundamentais dos alunos. Ele alerta também para a possibilidade de que a escolha aleatória de estudantes reforce preconceitos.

Em nota, a Secretaria de Educação informou que não recebeu comunicação formal contra a previsão de revista individual dos bens dos estudantes. “A pasta tem a convicção de que a revista, prevista no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino, é uma medida correta e necessária, tendo em vista a segurança escolar”, diz o texto.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Do ensino integral à cocaína

Plano pretende conectar aluno com o século 21 acrescentando à carga horário 15 minutos por dia

O Brasil tem matemática para tudo. O programa anunciado para 2020 por Dória com o pomposo nome de Inova Educação promete que irá "conectar o aluno com o século 21" e levá-lo a desenvolver um "projeto de vida" acrescentando à carga horária das escolas estaduais 15 minutos por dia. Quinze minutos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-mattos/2019/07/do-ensino-integral-a-cocaina.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

**O jovem e os cientistas, por uma narrativa que inclua o ser humano concreto
Isso se faz conectando disciplinas, como preconiza Edgar Morin**

Em tempos de terraplanismo e de desconfianças em relação a vacinas, é assustador saber que 93% dos jovens brasileiros não conhecem o nome de um cientista brasileiro, de acordo com pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, divulgado na semana passada.

Em resposta a isso, alguns lembram a carência de professores que temos nas áreas científicas do ensino médio, particularmente em física e química.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/07/o-jovem-e-os-cientistas-por-uma-narrativa-que-inclua-o-ser-humano-concreto.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Gestão Covas tem pior semestre de matrículas em creche desde 2013
Pela primeira vez em seis anos, a cidade termina o período com menos crianças inscritas**

São Paulo

Pela primeira vez desde 2013, a cidade de São Paulo termina o semestre letivo com menos crianças matriculadas em creches municipais do que havia no semestre anterior.

Balanco divulgado pela Secretaria Municipal de Educação nesta quinta-feira (4) aponta 333.876 crianças matriculadas em creches da rede paulistana até o fim de junho. Em dezembro de 2018, o número era de 333.922 matriculados —redução de 46 vagas. A Folha considerou apenas as matrículas efetivas no cálculo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/gestao-covas-tem-pior-semester-de-criacao-de-vagas-em-creche-desde-2013.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

A educação como valor permanente

PROFESSOR TITULAR DE TEORIA POLÍTICA E COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS E ANÁLISES INTERNACIONAIS DA UNESP

Consta que Bertolt Brecht, numa de suas magistras tiradas, escreveu: “Não basta ter sido bom quando se deixa o mundo, é preciso deixar um mundo melhor”. Não são muitas as pessoas que mereceriam o elogio implícito na frase. Fazer o mundo melhor é difícil, requer talento, determinação e resiliência, passa pela habilidade de reunir colaboradores e pela sabedoria de modular o tempo, para que as mudanças amadureçam e seus frutos sejam conhecidos e valorizados.

O professor Jorge Nagle, que faleceu no último dia 21 de junho, aos 90 anos de idade, foi uma dessas pessoas. Deixou marcas fortes por onde passou, graças ao estilo agregador e à coragem de enfrentar circunstâncias adversas.

Nagle foi um apaixonado estudioso da educação. Com a publicação de sua tese de livre-docência (1966), Educação e sociedade na Primeira República, tornou-se uma referência na história da educação paulista. A escola pública foi seu foco permanente, na versão republicana que tanta dificuldade teve (e tem) de se fixar no Brasil. Sua utopia era a existência de uma escola para todos, livre de imposições ideológicas ou religiosas e de influências políticas espúrias: uma escola que interagisse com a sociedade e contasse com um sistema administrativo eficiente, mas que em nenhum momento minimizasse a dimensão técnico-pedagógica, intelectual.

Graduado em Pedagogia pela USP em 1955, Nagle foi docente e diretor da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Araraquara da Unesp. Foi de lá que partiu sua longa carreira. Tornou-se professor titular e atuou na linha de frente das discussões sobre a escola e a educação, o que o fez receber do governo federal, em 1993, a medalha da Ordem Nacional do Mérito Educativo, condecoração criada para premiar personalidades com serviços excepcionais prestados à educação brasileira.

Nagle foi um líder. Em agosto de 1984 chegou à Reitoria da Unesp. O momento era difícil. A reabertura democrática avançava, mas a universidade ainda vivia sob o comando de interventores nomeados pelo governo

estadual. O clima interno era de conflito. O governador Franco Montoro queria mudar a situação e pressionou o Conselho Universitário da Unesp para que o ajudasse a fazer isso. Dos professores titulares que integravam o órgão, nem todos dispunham do respaldo acadêmico indispensável e da vocação administrativa exigida pelo cargo. Nagle se diferenciava e foi indicado pelo governador para, na condição de reitor pro tempore, acalmar a universidade e preparar o conselho para a escolha de um dirigente sintonizado com os novos tempos. Meses depois, por indicação do conselho, o governador o nomeou.

A Reitoria de Nagle fez a Unesp deixar de ser uma reunião de faculdades isoladas. A atuação do reitor magnetizou professores e servidores, redefinindo procedimentos, incentivando a criatividade e a iniciativa acadêmica, aproximando áreas e câmpus. Nagle cercouse de professores para auxiliá-lo e em sua gestão surgiram o Jornal da Unesp, a Editora Unesp, a Fundação para o Desenvolvimento da Unesp, o câmpus de Bauru, o Instituto de Física Teórica. Foram anos de um dinamismo que revolucionou a universidade.

Em 1988, Nagle foi secretário de Ciência e Tecnologia, cargo que lhe possibilitou

participar em posição privilegiada do processo de obtenção da autonomia administrativa e financeira pelas universidades estaduais paulistas, decretada em fevereiro de 1989.

Com seu estilo sereno e reservado, fez-se presente no circuito da educação, da ciência e da tecnologia. Presidiu o Conselho Estadual de Educação, integrou o Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Conselho Federal de Educação. No final da década de 90 ligou-se à Universidade de Mogi das Cruzes, na qual coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino e presidiu o Comitê de Ética em Pesquisa. Também integrou o Conselho Superior da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Em todos esses ambientes, bateu-se pelo que chamava de “credo pedagógico”, uma aposta no valor permanente da educação. Como observou a professora Carlota Boto, da Faculdade de Educação da USP, Nagle foi acima de tudo “um artífice do espaço público na educação”.

Nagle morreu amargurado com a situação educacional brasileira. Hoje, quando os setores governantes menosprezam a educação pública, intelectuais como ele farão falta. Estamos carentes de lideranças que revigorem o sistema escolar e projetem a educação para o plano estratégico. Faltam-nos políticas educacionais que enfrentem os desafios da era digital em que nos encontramos.

Jorge Nagle fez parte de uma geração marcada pela preocupação em construir instituições sólidas, pelo rigor e pela envergadura ética e moral. Foi com essa bagagem que atuou para que a Unesp se tornasse realidade. Para ele, uma universidade honra seu nome quando funciona como uma “comunidade de destino” e compartilha saberes e experiências, não quando exhibe posições em rankings e índices de produtividade.

Percursos institucionais não são feitos só de glórias e vitórias. Também conhecem derrotas e tropeços, momentos de refluxo nos quais se constata certa fadiga de material e uma perda momentânea de foco. Não foram fáceis os anos de arranque da Unesp, assim como não são fáceis os dias atuais para o ensino superior brasileiro. Professores como Jorge Nagle enfrentavam esses momentos com determinação e liderança intelectual, buscando reunir o que cada instituição tinha de melhor, com base em valores democráticos.

Talvez não consigamos mais segui-los nesse particular. Nossa vida institucional se individualizou e se fragmentou demais, dificultando ações coletivas e agregações superiores. Mas podemos muito bem tê-los como referência, buscar neles a inspiração e a energia para prosseguir em condições razoáveis de temperatura e pressão.

Professor Jorge Nagle morreu amargurado com a situação educacional brasileira

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Ministro suspende contrato de 89 consultores

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem a suspensão da prestação de serviços de 89 consultores contratados pela pasta por meio de um acordo de assistência técnica firmado com a Organização de Estados Ibero-americanos (OEI). A alegação é de irregularidades formais no vínculo jurídico dos consultores, que foram encaminhadas para o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a

Controladoria-Geral da União. Dos 89 consultores afastados, 50 atuavam na área de tecnologia da informação. O ministro afirmou que não houve prejuízo às atividades da pasta.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

‘A EDUCAÇÃO É UM TRABALHO QUE PRECISA SER FEITO EM EQUIPE’

Vencedor do ‘Nobel da Educação’, queniano considerado o melhor docente do mundo defende a importância da autoestima na aprendizagem

Peter Tabichi / PROFESSOR

Em uma aldeia no Vale do Rift, no Quênia, leciona o melhor professor do mundo. Peter Tabichi, de 36 anos, foi o vencedor do Global Teacher Prize, considerado o “Nobel da Educação”, anunciado em março. A escolha foi direcionada pelo trabalho desenvolvido por ele na Escola Secundária Keriko Mixed Day. Em um contexto adverso, Tabichi transformou a vida de alunos na pequena vila de Pwani com suas aulas de ciências e matemática, despertando a autoestima dos estudantes e promovendo convivência harmoniosa entre alunos de diferentes tribos locais.

O educador está no Brasil para participar, amanhã, do seminário “Professores que transformam e a valorização do docente”, organizado pelo Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da FGV, no Rio. Em entrevista ao GLOBO, Tabichi, que doa 80% do salário para a comunidade onde vive, defendeu a importância da família na educação e falou sobre como o professor pode ser um diferencial em meio à precariedade.

Por que acha que foi escolhido como o melhor professor do mundo?

Sinto que esse prêmio é para todos os professores, especialmente para os da África. Não sinto que essa conquista seja algo pessoal. E devo dizer que esse também é um reconhecimento para os meus alunos, porque eles trabalharam duro e continuam trabalhando arduamente e, por meio desse prêmio, também foram reconhecidos.

Que tipo de práticas implementou na sua escola?

Tento integrar a tecnologia o máximo que posso em minhas aulas, e uso tecnologia de baixo custo para ajudar os alunos a visualizar conceitos científicos. Tento me certificar de que aprendam uns com os outros para incentivar a colaboração e o trabalho em equipe. Com o objetivo de melhorar a baixa autoestima deles, criei um clube para desenvolver seus talentos e fortaleci o Clube de Ciências na escola. Participamos de feiras e concursos e recebemos reconhecimento nacional, o que contribuiu para maior autoconfiança e motivação. Mas, meu trabalho se estende além da escola; acho que ensinar sobre nutrição é importante na minha comunidade, temos desenvolvido diferentes práticas agrícolas, que podem ajudar a produzir cultivos de alta qualidade.

Com falta de investimento, o que pode fazer a diferença?

Todos nós, educadores, enfrentamos situações complexas, que vão além do investimento ou da falta dele. E posso garantir que qualquer situação exige que você tenha uma grande paixão pelo que está fazendo. Quando seus alunos percebem isso, a capacidade de ser resiliente, eles aprendem a valorizá-lo. Mas, se eles notarem que você

perde o controle quando algo não dá certo, eles não o respeitarão. O investimento é fundamental, mas não é a única solução. Aumentar o orçamento ajuda a garantir que os professores sejam capacitados, permite que o sistema educacional seja atualizado e permite colocar a teoria em prática. Mas, para mim, a solução mais importante se chama “treinar a atitude”, ou seja, professores e alunos se concentram em trazer o melhor.

Você usa elementos tradicionais da sua cultura em suas aulas?

A vez da África chegou. Mas, sobre a minha escola, que é o que eu conheço melhor: é uma escola pública, com poucos recursos. Há apenas um computador em uma mesa, compartilhado pelo diretor e pelo professor, não há biblioteca, sala de professores, refeitório ou salas de aula adequadas. No entanto, estamos sempre olhando para nossa condição e especificamente a de cada pessoa, esse é o ponto de partida. Além dos modelos e métodos pedagógicos, cada aluno tem um grande talento e é capaz de descobrir a partir daí.

Na sua comunidade há muitas tribos diferentes. Como administra esses conflitos?

Estando muito próximo deles, interagindo com eles e, em geral, orientando-os por meio da razão. Eu sempre digo que um bom professor é aquele que faz mais e fala menos. Se você mostrar a seus alunos suas ações, eles acreditarão em você, não importa de onde você vem ou de onde eles vêm. Essa confiança e trabalho em equipe podem criar uma comunidade.

Você dá aulas em uma vila muito pobre. Como essa comunidade encara a educação?

Acredito que a educação é valorizada. Os alunos realmente querem se envolver quando percebem as oportunidades incríveis que a educação oferece e as portas que ela abre, não apenas em relação a uma vida melhor para eles e suas famílias, mas também para suas comunidades e para o mundo.

Como faz para despertar o interesse dos alunos em um contexto de adversidade?

Como muitos africanos, meus alunos vivem realidades muito adversas. Contudo, se eles descobrirem como são talentosos, nunca poderão ser detidos. Por isso, é importante que reconheçam seus talentos ainda jovens. Não devem esperar até ficarem mais velhos para saber o quão bons são. Eles têm um grande potencial e podem fazer grandes coisas, que transcendem qualquer adversidade. A família é fundamental para inspirá-los e apoiá-los. Nós, professores, não podemos pensar em educar se não contarmos com o apoio da família e da comunidade. Não podemos fazer isso sozinhos. A educação é obviamente um trabalho que precisa ser feito em equipe.

No Brasil, há muitas escolas sem a mínima estrutura. Que conselho daria para os professores que atuam nessas áreas?

Diria aos professores do Brasil para continuar trabalhando duro, para nunca desistir. Felizmente, não preciso lembrá-los de que ensinar é uma profissão maravilhosa, mas com muitos desafios. No entanto, esses desafios podem se transformar em

oportunidades se os moldarmos. Temos de estar atentos a essas oportunidades, que podem ser pequenas, mas sem dúvida são aquelas que podem mudar o mundo.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

MEC cancela contrato

Curtas

O Ministério da Educação cancelou os contratos de 89 servidores contratados no âmbito de um acordo firmado com uma ONG estrangeira, a Organização dos Estados Ibero-Americanos. O ministro Abraham Weintraub afirmou que foram identificadas "irregularidades" formais nesses contratos. Mas disse ter encaminhado o caso para o Ministério Público Federal (MPF), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) para que seja apurado se houve dolo ou outra irregularidade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6333105/curtas>

topo ↕

DESTAK - BRASIL

MEC suspende acordo de consultoria

O Ministério da Educação suspendeu um acordo de cooperação técnica internacional por suspeita de irregularidades. De acordo com a pasta, os contratos firmados desde 2008 com a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI) somam cerca de R\$ 178 milhões. “Percebemos que os acordos não seguiam os padrões e por isso estava irregular. Não estou acusando ninguém de roubo. Não estou acusando ninguém de dolo. Quem vai decidir são os órgãos competentes”, disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo o MEC, com o fim do acordo de cooperação, foram desligados 89 consultores, sendo 50 deles da área de Tecnologia da Informação (TI). De acordo com o consultor jurídico da pasta, Rodrigo Pirajá, os contratos foram feitos com organismos internacionais e que a consultoria em si não é irregular, mas precisa obedecer a trâmites legais que, aparentemente, não foram cumpridos. “Houve um aumento de uma prática um pouco informal, e não obediente à conformidade legal”, disse.

“O problema não é no mérito, é na formalização jurídica. De uma forma um pouco mais solta que o exigido pela legislação”, afirmou Pirajá. Ainda segundo o MEC, este acordo era renovado anualmente e o valor repassado passou de R\$ 4 milhões em 2008 para mais de R\$ 37 milhões em 2018. Os consultores recebiam salários entre R\$ 6 mil e R\$ 12 mil.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - CIDADES

Cidade de União realiza simulado com alunos

De olho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), está reforçando o incentivo aos educadores e aos estudantes da rede municipal. Este ano haverá avaliação do IDEB, e para obter um desempenho ainda melhor que o da última avaliação, as escolas de União estão realizando simulado com os alunos que farão a prova. Na quinta-feira (27), o prefeito de União, Dr. Paulo Henrique, e o secretário Marcone Martins visitaram a Unidade Escolar Padre Luís de Castro Brasileiro.

Na oportunidade, os gestores percorreram as salas de aula e conversaram com alunos e professores. “Nossa Educação tem avançado significativamente nos últimos anos.

Continuamos trabalhando diariamente na busca por melhorias, e tudo isso pensando em melhorar a qualidade do ensino ofertado. Com isso, quem ganha são as nossas crianças e jovens, que são atendidos pela rede municipal com um ensino cada vez melhor”, destacou o prefeito. O secretário, Marcone Martins, destacou o acompanhamento da SEMED nas escolas. “Nossa equipe técnica está acompanhando tudo de perto e orientando os nossos educadores com o objetivo de termos bons resultados. Avançamos muito e iremos avançar muito mais com esse trabalho que estamos desenvolvendo, através de uma equipe unida e focada”, pontuou.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

MEC anula contrato com organização internacional

Acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) estava em vigência há mais de dez anos. Segundo Ministério, havia irregularidades no contrato

Brasília - O Ministério da Educação (MEC) anulou um acordo de assistência técnica firmado com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), em vigência desde 2008, após, segundo a pasta, detectar irregularidades. Com isso, foram dispensados 89 consultores. No total, foram pagos pelo MEC, desde o início do acordo, R\$ 178 milhões. O anúncio foi feito nesta quinta-feira em coletiva de imprensa.

Segundo o consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá, o acordo não seguiu os ritos necessários para a contratação de consultoria, que demanda a elaboração de um plano específico que deve ser aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, analisado pela consultoria jurídica do MEC e publicado no Diário Oficial da União.

Ao invés disso, o MEC fazia uma contribuição voluntária ao organismo internacional, algo que é permitido legalmente, mas não para a contratação de consultores. “Não é assim que se obtém consultoria”, diz Pirajá. “Não é irregular receber consultoria técnica, apenas tem que seguir o trâmite”, acrescenta.

A maioria dos consultores, 50, atuava na área de tecnologia da informação (TI). Os demais eram distribuídos em todas as secretarias da pasta. Além do acordo com a OEI, um acordo semelhante, firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está sob análise. De acordo com a pasta, não foi identificada nenhuma irregularidade nesse acordo.

Os salários dos consultores variavam de R\$ 6 mil a R\$ 12 mil. Quem era responsável pelo pagamento era a OEI, mas o MEC participava da seleção de pessoal, que era feita mediante chamamento público, uma modalidade de licitação.

O caso foi remetido ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF), que deverão investigar se houve ou não improbidade administrativa. “Não temos elementos suficientes para verificar se [os consultores] estavam em desvio de função. A execução pode ser regular. Isso que vai ser verificado agora, se eles prestavam um serviço ou se serviam para substituir servidor”, diz Pirajá. O ministério enfatizou que não é possível dizer se houve ou não desvio de dinheiro, isso dependerá das investigações dos órgãos competentes.

A pasta também esclareceu que não se trata de um problema com a OEI, uma vez que o

MEC mantém outro contrato com a organização, mas apenas da irregularidade neste acordo específico.

OEI

Em nota, a OEI diz que tomou conhecimento, "com surpresa, da recente decisão do Ministério da Educação do Brasil de decretar nulidade do um acordo firmado em fevereiro de 2018. Uma decisão unilateral da atual gestão do MEC, uma vez que a OEI não foi convidada para ser ouvida, em nenhum momento, no decurso do processo, nem ao menos foi solicitado qualquer aporte de informação complementar ou para esclarecimento".

A organização diz ainda que desconhece "qualquer irregularidade ou falta de lisura, tanto que se colocou à disposição da atual gestão do MEC para oferecer esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas".

A OEI afirma que é auditada anualmente por auditoria externa independente, por auditoria interna e pela União Europeia. "Por sermos pautados pela transparência, já oferecemos ao Ministério da Educação todas as informações e até o presente momento não recebemos nenhuma resposta. Indicamos, da mesma forma que tentamos realizar reunião com o Ministro da Educação há meses", diz.

A OEI é um organismo intergovernamental de cooperação internacional presente nos 23 países membros da Organização. É responsável por ações como o programa de bilinguismo com foco no fortalecimento da língua portuguesa, incluindo a atuação junto a escolas de fronteira, o programa Primeira Infância e Educação, o programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, do Programa de Mobilidade, entre outros.

topo ↕

AMAZONIA - NOTÍCIAS

Lançado na Europa mapa do envenenamento de alimentos no Brasil

Um ousado trabalho de geografia que mapeou o nível de envenenamento dos alimentos produzidos no Brasil foi lançado em maio, em Berlim, na Alemanha, país que contraditoriamente sedia as maiores empresas agroquímicas do mundo. Quem estava presente no lançamento do atlas Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia ficou perplexo com a informação sobre o elevado índice de resíduos agrotóxicos permitidos em alimentos, na água potável, e que, potencialmente, contamina o solo, provoca doenças e mata pessoas. A obra, que já foi publicada no Brasil, é de autoria da geógrafa Larissa Mies Bombardi, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

O Brasil é campeão mundial no uso de pesticidas na agricultura, alternando a posição dependendo da ocasião apenas com os Estados Unidos. O feijão, a base da alimentação brasileira, tem um nível permitido de resíduo de malationa (inseticida) que é 400 vezes maior do que aquele permitido pela União Europeia; na água potável brasileira permite-se 5 mil vezes mais resíduo de glifosato (herbicida); na soja, 200 vezes mais resíduos de glifosato, de acordo com o estudo, que é rico em imagens, gráficos e infográficos. "E como se não bastasse o Brasil liderar este perverso ranking, tramita no Congresso nacional leis que flexibilizam as atuais regras para registro, produção, comercialização e utilização de agrotóxicos", relata Larissa.

A pesquisadora explica que o lançamento do atlas na Europa se deu pelo fato de a Alemanha sediar a Bayer/Monsanto e a Basf, indústrias agroquímicas que respondem por cerca de 34% do mercado mundial de agrotóxicos. A Monsanto, recentemente incorporada ao grupo Bayer, é a líder mundial de vendas do glifosato, cujos subprodutos têm sido associados a inúmeras doenças, incluindo o câncer e o Alzheimer. “Queríamos promover discussão sobre a contradição de sediarem indústrias que controlam toda a cadeia alimentar agrícola – das sementes, agrotóxicos e fertilizantes – e serem rigorosos quanto ao uso de mais de um terço dos pesticidas que são permitidos no Brasil. Eles são corresponsáveis pelos problemas gerados à população porque vendem e exportam substâncias sabidamente perigosas, porém, proibidas em seu território”, diz.

Intoxicação e suicídios

Segundo a geógrafa, as perdas não se limitam à contaminação de alimentos e dos cursos d’água. O atlas traz informações de que, depois de extensa exposição aos agrotóxicos, ocorrem também casos de mortes e suicídios associados ao contato ou à ingestão dessas substâncias.

Entre 2007 e 2014, o Ministério da Saúde teve cerca de 25 mil ocorrências de intoxicações por agrotóxicos. O atlas mapeia as regiões mais afetadas: dos Estados brasileiros, durante o período da pesquisa, o Paraná ficou em primeiro lugar, com mais de 3.700 casos de intoxicação. São Paulo e Minas Gerais ficaram na segunda colocação, com 2 mil. Das 3.723 intoxicações registradas no Paraná, 1.631 casos eram de tentativas de suicídio, ou seja, 40% do total. Em São Paulo e Minas Gerais o percentual foi o mesmo. No Ceará, houve 1.086 casos notificados, dos quais 861 correspondiam a tentativas de suicídio, cerca de 79,2%. Os mapas de faixa etária mostram que 20% da população afetada era composta de crianças e jovens com idade até 19 anos. Segundo Larissa, no Brasil, há relação direta entre o uso de agrotóxicos e o agronegócio. Em 2015, soja, milho e cana de açúcar consumiram 72% dos pesticidas comercializados no País.

O atlas Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia, em português, foi lançado no Brasil em 2017 e traz um conjunto de mais de 150 imagens entre mapas, gráficos e infográficos que abordam a realidade do uso de agrotóxicos no Brasil e os impactos diretos deste uso no País. A pesquisa que deu origem à publicação teve o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Em Berlim, o lançamento aconteceu na sede do ENSSER (European Network of Scientists for Social and Environmental Responsibility), rede europeia sem fins lucrativos que reúne cientistas ativistas responsáveis ambiental e socialmente, em Glasgow, Escócia. O suporte financeiro para o lançamento do atlas na Europa foi da FFLCH e da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP.

Por: Ivanir Ferreira

Fonte: Jornal USP

topo ↕

A TRIBUNA - MT - TEMPO REAL

A pós-graduação stricto sensu no Brasil: breve histórico, estrutura e entraves (Parte I)

A pós-graduação stricto sensu vem se consolidando ao longo de sua existência no Brasil, elevando seus padrões de qualidade e contribuindo significativamente para o desenvolvimento do país. Embora ainda haja um longo caminho a percorrer e desafios a superar, o salto científico que a pós-graduação possibilitou ao país evidencia-se na visibilidade que as pesquisas brasileiras vêm adquirindo a nível global e nos números de mestres e doutores formados.

Os propósitos e os objetivos da pós-graduação no Brasil não permaneceram os mesmos desde sua criação. Na década de 1950, no início do segundo governo Vargas, o Brasil engajava-se no projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente. O momento pedia a formação de pessoal especializado nas mais diversas áreas e, para tal, era preciso qualificar professores do ensino superior para realizar tal formação, já que, à época, pouquíssimos eram os titulados mestres e doutores. Assim, em 1951, surge a então chamada “Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” – que veio, posteriormente, a se tornar “**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**” (CAPES), uma vez considerada atendida pela “Campanha” a demanda emergencial.

Foi apenas em 1965, porém, que a pós-graduação stricto sensu foi reconhecida como um nível de ensino específico, estabelecendo-se com estrutura semelhante à que conhecemos hoje no Brasil, com dois subníveis de formação: o mestrado e o doutorado. O Regime Militar acabara de se instaurar, com suas diretrizes marcadamente nacionalistas e seu desejo pela construção de um “Brasil grande”. Ao mesmo tempo, compartilhava com as elites intelectuais a crença no potencial desenvolvimentista por meio da ciência e da tecnologia. Inicia-se, assim, um ambicioso processo de expansão desse nível de ensino no país, a partir do qual o aumento nos números de programas de pós-graduação foi evidente.

Uma série de reformas implementadas no campo universitário brasileiro na década de 1990 inseriu os programas de pós-graduação no paradigma da formação de pesquisadores, ou seja, atrelou esse nível de formação à produção de pesquisa. Tal relação permanece sólida, fazendo recair sobre os pesquisadores envolvidos na pós-graduação brasileira grande responsabilidade e protagonismo no desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Ao mesmo tempo, tais reformas introduziram no campo científico uma lógica regulatória que não lhe é própria: a lógica do mercado. A partir daí, o financiamento da pós-graduação passou a ser vinculado aos resultados apresentados; em outras palavras, para obter recursos, os programas passaram a ter de se preocupar com questões como índices classificatórios e quantidade de publicações. Essa estrutura, além de tratar a produção científica a partir de critérios não científicos, acaba por promover uma competitividade entre áreas do conhecimento, entre programas e entre pesquisadores. Os critérios envolvidos nessa lógica não contemplam as especificidades das diferentes áreas do saber e suas formas particulares de produzir conhecimento.

Assim, pode-se dizer que certas áreas são mais beneficiadas pelos critérios e procedimentos avaliativos adotados pela CAPES, os quais impõem o ritmo acelerado próprio ao racionalismo de mercado. É o caso das ciências exatas e tecnológicas, cujo

modo de produzir conhecimento adequa-se a tal lógica. Enquanto isso, outras áreas, especialmente as ciências humanas, enfrentam dificuldades significativas para acompanhar a mesma cadência, já que seu processo produtivo passa necessariamente por uma construção e elaboração de significados e análises que demandam tempo para reflexão.

Essa lógica tende a desqualificar as ciências humanas, uma vez que as notas atribuídas a cada programa nem sempre refletem sua qualidade e acabam por invisibilizar o trabalho realizado. Além disso, sendo o financiamento da pós-graduação atrelado à produtividade, numa situação conhecida como “capitalismo acadêmico”, diversos programas sofrem com a escassez de recursos, a dificuldade de manutenção e a consequente piora nos índices.

Percebe-se, assim, uma tendência que favorece certas áreas (e seus pesquisadores) em detrimento de outras, evidenciando que números nem sempre são exatos.

(*) Karine Porto Lopes Ono, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação – UFMT, campus Rondonópolis (PPGEdu)

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC anula contrato com organização internacional

Acordo não teria seguido formalidades para contratação de consultoria

O Ministério da Educação (MEC) anulou um acordo de assistência técnica firmado com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), em vigência desde 2008, após, segundo a pasta, detectar irregularidades. Com isso, foram dispensados 89 consultores. No total, foram pagos pelo MEC, desde o início do acordo, R\$ 178 milhões. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (4) em coletiva de imprensa.

Segundo o consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá, o acordo não seguiu os ritos necessários para a contratação de consultoria, que demanda a elaboração de um plano específico que deve ser aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, analisado pela consultoria jurídica do MEC e publicado no Diário Oficial da União.

Ao invés disso, o MEC fazia uma contribuição voluntária ao organismo internacional, algo que é permitido legalmente, mas não para a contratação de consultores. “Não é assim que se obtém consultoria”, diz Pirajá. “Não é irregular receber consultoria técnica, apenas tem que seguir o trâmite”, acrescenta.

A maioria dos consultores, 50, atuava na área de tecnologia da informação (TI). Os demais eram distribuídos em todas as secretarias da pasta. Além do acordo com a OEI, um acordo semelhante, firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está sob análise. De acordo com a pasta, não foi identificada nenhuma irregularidade nesse acordo.

Os salários dos consultores variavam de R\$ 6 mil a R\$ 12 mil. Quem era responsável pelo pagamento era a OEI, mas o MEC participava da seleção de pessoal, que era feita mediante chamamento público, uma modalidade de licitação.

O caso foi remetido ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da

União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF), que deverão investigar se houve ou não improbidade administrativa. “Não temos elementos suficientes para verificar se [os consultores] estavam em desvio de função. A execução pode ser regular. Isso que vai ser verificado agora, se eles prestavam um serviço ou se serviam para substituir servidor”, diz Pirajá. O ministério enfatizou que não é possível dizer se houve ou não desvio de dinheiro, isso dependerá das investigações dos órgãos competentes.

A pasta também esclareceu que não se trata de um problema com a OEI, uma vez que o MEC mantém outro contrato com a organização, mas apenas da irregularidade neste acordo específico.

OEI

Em nota, a OEI diz que tomou conhecimento, "com surpresa, da recente decisão do Ministério da Educação do Brasil de decretar nulidade do um acordo firmado em fevereiro de 2018. Uma decisão unilateral da atual gestão do MEC, uma vez que a OEI não foi convidada para ser ouvida, em nenhum momento, no decurso do processo, nem ao menos foi solicitado qualquer aporte de informação complementar ou para esclarecimento".

A organização diz ainda que desconhece "qualquer irregularidade ou falta de lisura, tanto que se colocou à disposição da atual gestão do MEC para oferecer esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas".

A OEI afirma que é auditada anualmente por auditoria externa independente, por auditoria interna e pela União Europeia. "Por sermos pautados pela transparência, já oferecemos ao Ministério da Educação todas as informações e até o presente momento não recebemos nenhuma resposta. Indicamos, da mesma forma que tentamos realizar reunião com o Ministro da Educação há meses", diz.

A OEI é um organismo intergovernamental de cooperação internacional presente nos 23 países membros da Organização. É responsável por ações como o programa de bilinguismo com foco no fortalecimento da língua portuguesa, incluindo a atuação junto a escolas de fronteira, o programa Primeira Infância e Educação, o programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, do Programa de Mobilidade, entre outros.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC anula contrato com entidade internacional por suspeita de irregularidades Abraham Weintraub disse que foram identificadas supostas irregularidades formais no vínculo jurídico

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou nesta quinta-feira, 4, a suspensão da prestação de serviços de 89 consultores contratados pela pasta por meio de um acordo de assistência técnica firmado com a Organização de Estados Ibero-americanos (OEI). Segundo ele, foram identificadas supostas irregularidades formais no vínculo jurídico dos consultores. A pasta disse ter encaminhado esse material para o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União.

O Ministério comunicou que entre as irregularidades no acordo estão a não elaboração de um projeto básico da proposta pelo MEC, mas pela OEI; a ausência de uma prévia

aprovação pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, e do envio dos autos e das minutas de acordo para análise pela consultoria jurídica do MEC e a falta de publicação do termo de acordo no Diário Oficial da União.

As irregularidades foram identificadas quando a gestão chefiada por Weintraub assumiu o ministério e precisou analisar a renovação do acordo com a OEI para este ano. Em 2008, os repasses foram de R\$ 4,4 milhões. Em 2018, chegaram a R\$ 37,4 milhões.

"Nos deparamos com alguns contratos irregulares em contratação de consultores, por meio de contribuição voluntárias que o MEC havia feito. São valores de R\$ 178 milhões de repasses desde 2008. Tem mais de dez anos. Nada que tenha a ver com o governo atual, e sim governos anteriores. E nesta atual gestão estamos tomando devidas providências", explicou o ministro.

De acordo com Weintraub, caberá ao MPF, ao TCU e à CGU a avaliação do "grau de comprometimento dos contratos". "De repente não tem nada muito grave, de repente não teve nem dolo. Não somos nós que vamos dizer isso. Quem vai dizer o quão errado foi ou se foi apenas um leve incidente ou não será o MPF, o TCU e a Justiça depois."

"Não estou acusando diretamente ninguém, não. Não estou acusando ninguém de roubo nem de dolo, quem vai decidir isso são os órgãos competentes. Desconfio que a gente vai descobrir mais coisas ao longo desses anos, mas de modo transparente", disse. Indagado, o ministro disse que a medida não faz parte da chamada "Lava Jato da Educação".

O consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá, afirmou que uma das irregularidades encontradas foi a vinculação de uma contribuição voluntária do ministério ao fornecimento de um consultor por parte da OEI. "Não é assim que se obtém consultoria. A contribuição voluntária não é irregular. O que é irregular é vincular uma contribuição voluntária ao fornecimento de consultor, (porque) deixa de ser voluntária", explicou Pirajá.

"Há dois tipos de contribuição previstas no estatuto. A obrigatória, para você ser membro do organismo. E a contribuição voluntária, que é uma doação. O problema é quando você doa para receber algo em troca. Aí não é doação", disse Pirajá. "Verificou-se que houve aumento de uma prática informal e não obediente à conformidade legal que se exige."

Dos 89 consultores afastados, 50 atuavam na área de tecnologia da informação. Segundo o ministério, eles trabalhavam na manutenção de sistema, inovações e desenvolvimento de novos sistemas. Os outros atuavam nas secretarias da pasta, no acompanhamento de projetos, programas e na elaboração de notas técnicas. O ministro afirmou que não houve prejuízo algum às atividades da pasta.

Entidade diz desconhecer irregularidades

Em nota, a OEI comunicou que recebeu com surpresa a decisão do Ministério da Educação de decretar a nulidade de um acordo firmado em fevereiro de 2018. A organização chamou a determinação de unilateral e disse que em nenhum momento foi convidada para ser ouvida no processo, "nem ao menos foi solicitado qualquer aporte de informação complementar ou para esclarecimento". A OEI disse que garante a

regularidade de todos os seus contratos e afirmou desconhecer qualquer irregularidade ou falta de lisura.

"A Organização ressalta seu total compromisso com a transparência e garante a regularidade de todos seus contratos. A OEI desconhece qualquer irregularidade ou falta de lisura, tanto que se colocou à disposição da atual gestão do MEC para oferecer esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas", informa a nota.

A organização afirmou que entende a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas educacionais brasileiras e que tem interesse em dar continuidade à parceria com o Ministério da Educação. "Razão pela qual aguarda mais informações sobre o processo para que possa se posicionar adequadamente a respeito do tema, prestando os esclarecimentos que se façam necessários."

A nota informa ainda que a organização é auditada anualmente por auditoria externa independente, por auditoria interna e pela União Europeia. "Por sermos pautados pela transparência, já oferecemos ao Ministério da Educação todas as informações e até o presente momento não recebemos nenhuma resposta. Indicamos, da mesma forma que tentamos realizar reunião com o ministro da Educação há meses."

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Tribunal absolve Eliseu Padilha em ação envolvendo certificado a universidade

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) absolveu por unanimidade nesta quarta-feira, 3, o ex-ministro da Casa Civil Eliseu Padilha do crime de improbidade administrativa. Padilha foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por suposta atuação de empresas dele na obtenção e manutenção do Certificado de Entidade Assistencial (Cebas) pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), o que garantia a esta imunidade tributária. A decisão foi proferida pela 4ª Turma do tribunal em sessão de julgamento.

As informações foram divulgadas pelo TRF-4.

Conforme a denúncia do MPF, o réu teria usado da influência de seu cargo de deputado federal junto a órgãos administrativos para conseguir o certificado. Para isso, recebia pagamento dissimulado na forma de contratos de prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de ensino a distância (EAD), firmados com as empresas do réu, sem a efetiva prestação desses serviços.

O MPF afirmava ainda que a universidade teria cedido bolsas de estudo a pessoas indicadas pelo deputado ou seu assessor, sem que essas pessoas atendessem aos requisitos legais para a vaga. Essa concessão reforçaria o prestígio político do deputado e auxiliaria a universidade a comprovar atividade assistencial.

A 2ª Vara Federal de Canoas absolveu Padilha em fevereiro de 2017 por insuficiência de provas, e o MPF recorreu ao tribunal. Conforme o relator, desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, a prova produzida nos autos não ampara a acusação do MPF.

“Soa inverossímil a afirmação de que os contratos relativos a EAD seriam mera simulação, realizada para “esquentar” os pagamentos efetuados pelo desenvolvimento

de atividade de lobby pelo deputado em favor da obtenção do certificado de filantropia pela universidade. Isso porque serviços daquela natureza, pela prova dos autos, foram efetivamente prestados”, escreveu Leal Júnior em seu voto.

Segundo o desembargador, falta prova de efetiva atuação do deputado na obtenção do certificado de filantropia pela universidade. Leal Júnior frisou que Padilha, à época deputado federal, poucas vezes se manifestou em favor da Ulbra: duas vezes requerendo realização de sessão solene da Câmara de Deputados em homenagem ao centenário da entidade, uma pedindo à administração do Conselho Nacional de Assistência Social que colocasse em pauta o processo da Ulbra, o que não ocorreu, e a última participando de uma reunião com o Ministério da Fazenda para tratar da renegociação da dívida da universidade para com a União.

Para o relator tais iniciativas também são tomadas por outros parlamentares e políticos representantes do Rio Grande do Sul. “É comum na atividade parlamentar que os representantes dos Estados busquem defender interesses regionais ou locais sem que isso por si só signifique comprometimento ilícito com tais instituições”, avaliou o magistrado.

Por fim, o desembargador chamou atenção para o fato de que em inquérito aberto pela Polícia Federal na denominada “Operação Fariseu”, que apurou as ilegalidades na obtenção do Cebas pela Ulbra, não surgiu qualquer referência à Padilha.

“A inexistência de prova da atuação ilícita do deputado federal em prol da universidade na obtenção do certificado de filantropia compromete também a imputação de ato ímprobo pela distribuição de descontos ou bolsas de estudo a alunos. Se os descontos foram concedidos pela Ulbra e computados indevidamente como bolsas para fins de configuração de filantropia (e não como renúncia de receita), em desrespeito ao regramento em vigor, isso é irrelevante no âmbito da improbidade administrativa, pois a universidade é particular, os recursos são privados, e a utilização que deles tenha feito a instituição não configura só por isso a improbidade”, concluiu Leal Júnior.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC anula contrato com organização internacional

O Ministério da Educação (MEC) anulou um acordo de assistência técnica firmado com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), em vigência desde 2008, após, segundo a pasta, detectar irregularidades. Com isso, foram dispensados 89 consultores. No total, foram pagos pelo MEC, desde o início do acordo, R\$ 178 milhões. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (4) em coletiva de imprensa.

Segundo o consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá, o acordo não seguiu os ritos necessários para a contratação de consultoria, que demanda a elaboração de um plano específico que deve ser aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, analisado pela consultoria jurídica do MEC e publicado no Diário Oficial da União.

Ao invés disso, o MEC fazia uma contribuição voluntária ao organismo internacional, algo que é permitido legalmente, mas não para a contratação de consultores. “Não é assim que se obtém consultoria”, diz Pirajá. “Não é irregular receber consultoria técnica, apenas tem que seguir o trâmite”, acrescenta.

A maioria dos consultores, 50, atuava na área de tecnologia da informação (TI). Os demais eram distribuídos em todas as secretarias da pasta. Além do acordo com a OEI, um acordo semelhante, firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está sob análise. De acordo com a pasta, não foi identificada nenhuma irregularidade nesse acordo.

Os salários dos consultores variavam de R\$ 6 mil a R\$ 12 mil. Quem era responsável pelo pagamento era a OEI, mas o MEC participava da seleção de pessoal, que era feita mediante chamamento público, uma modalidade de licitação.

O caso foi remetido ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF), que deverão investigar se houve ou não improbidade administrativa. "Não temos elementos suficientes para verificar se [os consultores] estavam em desvio de função. A execução pode ser regular. Isso que vai ser verificado agora, se eles prestavam um serviço ou se serviam para substituir servidor", diz Pirajá. O ministério enfatizou que não é possível dizer se houve ou não desvio de dinheiro, isso dependerá das investigações dos órgãos competentes.

A pasta também esclareceu que não se trata de um problema com a OEI, uma vez que o MEC mantém outro contrato com a organização, mas apenas da irregularidade neste acordo específico.

OEI

Em nota, a OEI diz que tomou conhecimento, "com surpresa, da recente decisão do Ministério da Educação do Brasil de decretar nulidade do um acordo firmado em fevereiro de 2018. Uma decisão unilateral da atual gestão do MEC, uma vez que a OEI não foi convidada para ser ouvida, em nenhum momento, no decurso do processo, nem ao menos foi solicitado qualquer aporte de informação complementar ou para esclarecimento".

A organização diz ainda que desconhece "qualquer irregularidade ou falta de lisura, tanto que se colocou à disposição da atual gestão do MEC para oferecer esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas".

A OEI afirma que é auditada anualmente por auditoria externa independente, por auditoria interna e pela União Europeia. "Por sermos pautados pela transparência, já oferecemos ao Ministério da Educação todas as informações e até o presente momento não recebemos nenhuma resposta. Indicamos, da mesma forma que tentamos realizar reunião com o Ministro da Educação há meses", diz.

A OEI é um organismo intergovernamental de cooperação internacional presente nos 23 países membros da Organização. É responsável por ações como o programa de bilinguismo com foco no fortalecimento da língua portuguesa, incluindo a atuação junto a escolas de fronteira, o programa Primeira Infância e Educação, o programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, do Programa de Mobilidade, entre outros.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Transporte representa 25% das emendas das bancadas estaduais para educação

A compra de veículos para transporte escolar representa uma em cada quatro emendas das bancadas estaduais para a área da educação aprovadas para o orçamento de 2019.

Levantamento feito pelo UOL mostra que foram incluídas na LOA (Lei Orçamentária Anual) deste ano 38 emendas das bancadas parlamentares estaduais para a área da educação. Delas, dez têm como descrição a aquisição de veículos para transporte escolar.

O levantamento foi feito com base nos dados disponibilizados pela plataforma Siga Brasil, do Senado Federal.

As bancadas de Bahia, Goiás, Pernambuco, Santa Catarina, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Piauí são autoras de emendas para a compra de veículos, que, juntas, somam aproximadamente R\$ 266 milhões.

O valor é destinado ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação) que é responsável pela gestão do financiamento.

Para especialistas, o fato de as bancadas apresentarem emendas para compra de veículos dentro da área da educação faz parte de um "estilo" de fazer política.

"O Parlamento sempre operou com deputados e senadores querendo colocar alguma emenda que seja benéfica para a região deles", afirma Claudia Costin, diretora do Centro de Inovação em Políticas Educacionais da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Segundo ela, acabam sendo alvo das emendas coisas "bem tangíveis": "O ônibus, a creche, uma coisa que possa ser inaugurada".

"O que os deputados fazem como emenda diz respeito a ações que acabam refletindo mais em termos de popularidade para o próximo processo eleitoral", concorda Nelson Cardoso Amaral, professor da UFG (Universidade Federal de Goiás) e especialista em financiamento educacional.

Ele destaca que é comum as emendas serem resultado de um acordo prévio com prefeitos, governadores e até mesmo reitores. "Se tem emendas parlamentares, tem jogo político sendo feito", diz.

"Não é bonito, mas é natural", pontua Costin, que defende mudanças no investimento na educação.

Mais do que fazer emenda dando ônibus aqui, uma creche ali, ou uma coisa que depois os municípios muitas vezes não têm nem capacidade de implementar, uma creche precisa ter professor

Claudia Costin, diretora do Centro de Inovação em Políticas Educacionais da FGV

No caso do ensino superior, ela diz ser necessário trazer novos recursos para pesquisa: "Tanto pesquisa básica quanto aplicada". "Coisas que sejam importantes para o desenvolvimento de cada estado. Se sou de um estado que tem piscicultura, por que não incentivar pesquisas em piscicultura?", questiona.

O investimento em pesquisa nem sequer aparece entre as emendas de bancada para educação aprovadas para 2019. Além das que beneficiam o transporte, as outras 28 emendas se dividem entre a compra de equipamentos e materiais para unidades de ensino, obras de construção ou reforma (tanto de escolas como de institutos e universidades federais) e programas de apoio para a educação básica.

Juntas, as 38 emendas somam mais de R\$ 959 milhões --mas nem um centavo foi empenhado ou pago até o momento.

As emendas de bancada, que são impositivas --isto é, de pagamento obrigatório pelo governo--, também passam, desde março, por um contingenciamento linear de 21,63%.

Em maio, o UOL revelou que o bloqueio nas emendas para a educação atinge recursos destinados para a reconstrução do Museu Nacional.

A emenda de maior valor, de R\$ 100 milhões, foi apresentada pela bancada do Amapá. Ela prevê que o dinheiro seja aplicado na construção de um hospital universitário ligado à Unifap (Universidade Federal do Amapá).

As 10 maiores emendas de bancada para a educação

Bancada do Amapá - Construção do hospital universitário da Unifap - R\$ 100 milhões

Bancada de Sergipe - Apoio à infraestrutura para a educação básica/reforma, equipamentos e serviços para escolas - R\$ 69,6 milhões

Bancada de Tocantins - Aquisição de veículos para o transporte escolar da educação básica - R\$ 69,5 milhões

Bancada do Rio de Janeiro - Reconstrução e modernização do Museu Nacional - R\$ 55 milhões

Bancada de Goiás - Aquisição de veículos padronizados como ônibus, embarcações, bicicletas para transporte escolar - R\$ 43 milhões

Bancada do Distrito Federal - Apoio à infraestrutura para a educação básica - R\$ 40 milhões

Bancada do Paraná - Aquisição de veículos para o transporte escolar da educação básica - R\$ 36 milhões

Bancada de Roraima - Construir novas escolas, reformar as existentes e adquirir equipamentos - R\$ 30,8 milhões

Bancada do Rio Grande do Sul - Apoio à rede pública não federal de educação profissional, científica e tecnológica - R\$ 30 milhões

Bancada do Rio de Janeiro - Reestruturação e modernização de instituições federais de educação profissional e tecnológica - R\$ 30 milhões

TRIBUNA UNIÃO - TEMPO REAL

Professores tentam entregar troféu irônico a ministro e são barrados no MEC

Em um ato simbólico de protesto, professores universitários de cinco associações diferentes do país se reuniram em frente ao Ministério da Educação (MEC), na manhã desta terça-feira (2/7), para, ironicamente, premiar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, com o troféu Cortando o Futuro 2019. O grupo é formado por sete representantes das seguintes instituições: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Os docentes compõem o Observatório do Conhecimento, rede independente e suprapartidária formada por 14 associações de docentes de universidades federais de várias regiões do país. Durante cerca de duas horas, sete professores aguardaram ao lado de fora do MEC para protocolar uma carta que se posiciona contra as recentes ações do ministro da pasta. No entanto, as portas do ministério foram trancadas, e a associação não conseguiu deixar seu recado.

Sarcamos em forma de prêmio

O troféu que os professores gostariam de entregar a Weintraub é sarcástico e foi pensado em protesto aos cortes de 30% no orçamento de custeio das universidades e institutos federais, redução das bolsas de pesquisa e outras medidas que “violam os princípios da autonomia universitária”, segundo o Observatório do Conhecimento. “Confeccionado especialmente para premiar o ministro Weintraub, o troféu em forma de tesoura dourada simboliza a triste ironia de o Brasil ter um ministro da Educação que trabalha contra a própria pasta”, esclarece o grupo.

Em carta, eles pedem ao ministro que revogue imediatamente os cortes no orçamento de universidades e institutos federais, respeite a autonomia e a liberdade acadêmica ao nomear reitores escolhidos pela comunidade universitária, garanta a continuidade de todas as bolsas de pesquisa do sistema **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mantenha programas de assistência estudantil para formação e permanência, e preserve integralmente as políticas de cotas sociais e raciais.

A professora da UFRJ Lígia Bahia, 64 anos, reclama do descaso com o qual foi recebida pelo Ministério da Educação nesta manhã. “Chegamos aqui às 11h, e a primeira medida que fizeram foi fechar a porta do MEC. Nós mal conseguimos expor os motivos que nos trouxeram até aqui. Nós somos professores da universidade, não é possível que o MEC se sinta ameaçado pelos próprios professores. Se não podemos entrar aqui, quem entra? O MEC existe para o quê, afinal?”, contesta a professora. “Somos professores comprometidos com o ensino de qualidade, estamos aqui para dialogar com o ministro, mas nos deparamos com essa situação”.

“Pensamos que é preciso reverter esses cortes para 2019, e estamos muito preocupados com a lei orçamentária de 2020. Nossas universidades tiveram uma expansão de acesso, hoje temos mais alunos no ensino superior do que tínhamos antes, e com um orçamento menor ainda”, ressalta Lígia. Para ela, Weintraub merece o troféu por causa de atitudes agressivas em relação às universidades públicas. “Ele (o ministro) vem se expondo publicamente num sentido de muita agressividade às instituições, com suas manifestações debochadas em relação ao trabalho sério que fazemos, e a construção do futuro que a universidade pública representa”, defende a professora.

Lígia relatou que, após aguardar das 11h às 12h50 por algum representante de Weintraub que pudesse acolher as reivindicações, foi recebida por uma funcionária que realizou o protocolo da carta de maneira informal. No entanto, o prêmio não foi entregue ao ministro. “Caso não seja possível protocolar a carta e o prêmio, sairemos daqui e esperamos por alguma ocasião ou cerimônia pública em que o ministro apareça para fazer essa entrega”, informa. No entanto, ultimamente, a participação do ministro em eventos tem sido divulgada somente na data do acontecimento, justamente a fim de evitar manifestações de estudantes e profissionais da educação.

Professor relata frustração

Wagner Romão, 43, professor e presidente da associação de docentes da Unicamp, tinha expectativas de que o ministro os recebesse. “Ele é um ministro bastante midiático, gosta desse tipo de ação, de imagem. Eu achei que ele nos entenderia e nos receberia, ou pelo menos algum assessor”, conta. Para ele, Weintraub merece a tesoura dourada por mostrar um descaso a própria pasta.

“Ele disse que algumas áreas da educação não precisam existir, que o Brasil forma doutores demais, e diz que pretende investir em educação básica, mas os cortes também estão na educação básica. É um equívoco muito grande você não relacionar o incremento da educação básica sem investimento na educação superior”, critica o professor. Procurada pelo Correio, a assessoria de imprensa do Ministro da Educação não se posicionou sobre o assunto até a última atualização da reportagem.

Educação é maior fator de insatisfação com governo, segundo Ibope

A insatisfação com o governo do presidente Jair Bolsonaro chegou a 32% em junho. Segundo pesquisa do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) divulgada na última quinta-feira (27/6), a taxa subiu 5% desde abril, quando marcava 27%. Encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o levantamento trimestral tem margem de erro de 2 pontos percentuais (para cima e para baixo) e mostra que, para 32% dos brasileiros, o governo Bolsonaro é ótimo ou bom. Em abril, esse percentual era de 35%.

A área de educação se mostrou como o maior fator de insatisfação dos brasileiros. Conforme o levantamento, o percentual dos que desaprovam a atuação do governo nesse setor saiu de 44% para 54%, com um avanço de 10 pontos percentuais. Já a taxa dos que aprovam caiu 9%, saindo de 51% para 42%.

Renato da Fonseca, gerente de pesquisas da CNI (Confederação Nacional da Indústria), explica o crescimento da desaprovação na educação a partir das recentes medidas do governo no setor, como o contingenciamento. “Quando vemos as notícias mais lembradas no último trimestre, destacam-se as manifestações da educação, reforma da previdência e porte de armas, mas as manifestações são as que mais aparecem. As pessoas percebem isso mais rápido do que outras notícias”, afirma. “Embora possa não explicar tudo, todo esse debate em torno dos cortes e contingenciamentos dos recursos de educação acabou afetando negativamente a popularidade do governo”, esclarece.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC suspende acordo de cooperação técnica sob suspeita de irregularidades De acordo com o ministério, os contratos assinados desde 2008 somam R\$ 178 milhões.

O Ministério da Educação anunciou nesta quinta-feira (4), em Brasília, a suspensão de um acordo de cooperação técnica internacional suspeito de irregularidade. De acordo com o MEC, os contratos assinados desde 2008 somam R\$ 178 milhões.

“O contrato é irregular, na nossa opinião, a ponto de acionar os órgãos competentes. Não estou acusando ninguém de roubo. Não estou acusando ninguém de dolo. Quem vai

decidir são os órgãos competentes", disse o ministro Abraham Weintraub.

A secretária-executiva-adjunta do MEC, Maria Fernanda Bittencourt, afirmou que, em 10 de junho, o MEC publicou a anulação de um acordo de cooperação internacional que contrataria consultores.

Depois, quando a consultoria jurídica do ministério fez a análise do acordo, foram desligados 89 consultores do MEC, sendo 50 deles da área de Tecnologia da Informação (TI), que atuavam em todas as secretarias do MEC.

O consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá, explicou que os contratos foram feitos com organismos internacionais. Segundo ele, a consultoria em si não é irregular, mas precisa obedecer a trâmites legais que, aparentemente, não foram cumpridos.

"Houve um aumento de uma prática um pouco informal, e não obediente à conformidade legal", disse. "O problema não é no mérito, é na formalização jurídica. De uma forma um pouco mais solta que o exigido pela legislação", afirmou.

Entre as irregularidades, estão a falta de projeto básico, acordos que não passaram pela Agência Brasileira de Cooperação, ou pela área técnica do ministério, segundo Pirajá.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Professoras de inglês das Etecs ganham bolsas de estudos nos EUA

Neste mês, sete educadoras vão a Michigan e Ohio para experiência internacional que visa aprimorar conhecimentos na língua e melhorar o ensino do inglês

Sete professoras de inglês das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) do Centro Paula Souza conquistaram bolsas de estudos para aprimorar o domínio do idioma nos Estados Unidos. As educadoras foram selecionadas no programa de aperfeiçoamento Fulbright Brasil, promovido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com a embaixada americana. Mais de 400 professores da rede pública de todo o País serão beneficiados.

As sete professoras contempladas com as bolsas são das Etecs: Conselheiro Antônio Prado, de Campinas (Elizabeth Aparecida Santos da Silva); Machado de Assis, de Caçapava (Ana Flávia Clive Santos Moreira); Martinho de Ciero, de Itu (Marli Aparecida Pacchioni); Professor José Carlos Seno Junior, de Olímpia (Juliana Fioroto); Professor Urias Ferreira, de Jaú (Maise Sancassani); Etec São Paulo, da Capital (Elizabeth Carolina Tenório Calderon e Jaqueline Rodrigues dos Santos). Elas ficarão nos estados de Michigan e Ohio, no norte do país.

O programa dura seis semanas e começa neste mês. As bolsistas receberão ajuda de custo de 500 dólares, passagens aéreas, hospedagem no alojamento universitário, alimentação, seguro viagem, além de outras taxas. Os cursos visam intensificar o conhecimento das professoras para melhorar seu desempenho em sala de aula.

“Acredito que fica mais fácil ensinar a questão da pronúncia aos alunos. Esse ponto não faz parte do currículo brasileiro e é um bônus que podemos oferecer aos estudantes após o intercâmbio”, opina Elizabeth Calderon. Ela está em seu terceiro intercâmbio e considera que a experiência internacional amplia a visão sobre o ensino de idiomas.

Professoras De Inglês Das Etecs Ganham Bolsas De Estudos Nos EUA

Bolsistas participam do programa Fulbright Brasil, promovido pela **Capes** e embaixada americana

Sobre o Centro Paula Souza – Autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Centro Paula Souza administra as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e as Escolas Técnicas (Etecs) estaduais, além das classes descentralizadas – unidades que funcionam com um ou mais cursos técnicos ou integrados, sob a supervisão de uma Etec –, em cerca de 300 municípios paulistas. Nas Etecs, o número de matriculados nos Ensinos Médio, Técnico integrado ao Médio e no Ensino Técnico ultrapassa 213 mil estudantes. As Fatecs atendem mais de 84 mil alunos nos cursos de graduação tecnológica.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC pede para Wikipedia excluir artigo sobre o ministro Abraham Weintraub Corte ou contingenciamento? A briga que derrubou o perfil do ministro...

O perfil do ministro da Educação Abraham Weintraub foi editado 25 vezes na Wikipedia durante os últimos três dias, terminando nesta quinta-feira (04). Por isso, o MEC (Ministério da Educação) fez um pedido para o site tirar do ar a página com informações biográficas sobre o ministro, afirma o jornal O Estado de S. Paulo.

As alterações realizadas na página da Wikipedia diziam sobre o bloqueio orçamentário imposto pelo ministro. "A informação que diz corte de 30% está TOTALMENTE equivocada", escreveu o usuário Nexus1997, que complementou: "Conforme o próprio ministério, é um CONTINGENCIAMENTO, algo bem diferente de um corte, de 3,4%".

Outra edição, do usuário João Victor Bertoldo, então dizia: "Acredito que se restringir à dados de fontes oficiais é parcial (...) Devemos seguir fontes como a Lupa/Folha de S.Paulo, que esclareceu esses valores: o corte representa 30% do total de despesas não obrigatórias e 3% do total de despesas, visto que salários não podem ser cortados".

Neste momento, às 15h00 desta quinta (04), a página de Weintraub se encontra bloqueada para edições no Wikipedia. Além disso, foi retirada a seção "Controvérsias", que trazia fatos polêmicos relacionados ao ministro, como quando acusou universidades de "balbúrdia" e fez convocações para pais de alunos denunciarem professores, nota O Globo.

Em nota ao Wikipedia, o MEC comentou o caso: "A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação do Brasil, tomando conhecimento da criação desta página no dia 8 de abril de 2019 e a da impossibilidade de edição por este órgão governamental, solicita a exclusão da página do ministro Abraham Weintraub. A página contém informações não confirmadas com a pessoa pública ora em destaque, contribuindo para interpretações dúbias. Com a restrição, a pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar a ampla defesa e o contraditório".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Fies abre prazo para renovação de contratos firmados a partir de 2018

O prazo os estudantes renovarem contratos do Novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ficará aberto até o dia 31 de agosto. O aditamento deve ser feito pela internet. Ao

todo, 128 mil estudantes que contrataram o Fies a partir de janeiro de 2018 devem fazer o procedimento.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, uma das condições para o aditamento é estar com os pagamentos em dia. A não realização do aditamento por três semestres consecutivos pode ocasionar o cancelamento do contrato.

Os estudantes também podem fazer o pedido de suspensão ou encerramento do semestre pelo mesmo sistema. A partir de segunda-feira (8), será possível solicitar a transferência de instituição de ensino.

Caso haja necessidade de alterações no contrato, como a troca de fiador, o estudante deve comparecer a uma agência da Caixa. Nesse caso específico, o estudante deverá comparecer com o novo fiador e apresentar a documentação necessária para assinatura de termo aditivo ao contrato.

Novo Fies

O novo Fies, lançado no ano passado, tem modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade Fies juro zero é voltada para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos. Nesse caso, o financiamento mínimo é de 50% do curso, enquanto o limite máximo semestral é de R\$ 42 mil e é bancado pelo governo. Além do juro zero, o Novo Fies oferece a modalidade P-Fies para candidatos com renda familiar per capita entre 3 e 5 salários mínimos. Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de desenvolvimento.

O aditamento está aberto apenas para contratos firmados junto à Caixa. O aditamento dos contratos firmados antes de 2018 seguem cronograma definido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Enem Digital começa a ser aplicado em 2020 e divide opiniões

Novo modelo vai economizar papel, mas logística preocupa especialistas

O ano de 2020 nem chegou ainda e já está dando o que falar. Nesta quarta-feira (3), o Ministério da Educação (MEC) informou que no ano que vem 50 mil candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) farão a prova na versão digital. A mudança faz parte de um projeto que deverá ser concluído em 2026, quando 100% das provas serão online. A medida dividiu opiniões.

Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o objetivo é modernizar o processo seletivo, além de torná-lo mais ágil e econômico. Durante entrevista, em Brasília (DF), ele informou que 2020 não se trata de um teste, mas de uma aplicação-piloto, em que a avaliação das questões objetivas e a redação será online. Os 50 mil candidatos que farão o novo modelo correspondem a 1% da população do Enem.

“Há 100 anos, o Brasil faz exames de seleção da mesma forma, no papel. O que a gente quer é seguir o mesmo padrão que é feito lá fora (em outros países). A pessoa vai até o computador, se identifica, é feita toda a certificação, com segurança, faz a prova, e recebe todos os comprovantes para ter tranquilidade de que não terá nenhuma troca, fraude, etc. E com isso ganha-se muito mais agilidade, perspectiva para o futuro e

adaptação”, disse.

Na prática, no momento de fazer a inscrição do Enem 2020, o candidato vai escolher se quer fazer a prova impressa ou a digital, sendo que o limite é de 50 mil vagas para o online nesse primeiro ano. O MEC não informou o que acontecerá se o número de estudantes que optarem pelo novo modelo for inferior ao estabelecido como meta.

Quem quiser participar da aplicação-piloto terá que correr um pouco mais com os estudos. Isso porque as provas digitais serão realizadas em outubro, enquanto a impressa continuará sendo feita em novembro. Em caso de problemas logísticos ou de infraestrutura, o candidato terá direito à reaplicação da avaliação, em papel, em dezembro. Cada uma das três provas terá questões diferentes e o investimento inicial é de R\$ 20 milhões.

A prova digital será realizada em Salvador e outras 14 capitais: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Prós e contras

Para a doutora em Educação e professora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Rosemary Oliveira, é preciso ter cautela. Ela defende que antes de fazer esse tipo de mudança seria necessário rever a infraestrutura das escolas.

“Há uma tendência geral ao digital e não podemos negar que isso facilita a vida de muita gente, mas por outro lado, a gente sabe que o digital ainda não está tão bem organizado na nossa sociedade. É preciso ver com calma como vai ser esse processo. Tem uma questão estrutural que precisa ser amparada antes desta medida. Não vejo essa mudança com bons olhos, não com a estrutura de educação que o Brasil tem hoje”, afirmou.

A pesquisadora destacou que é preciso pensar também na formação dos estudantes. “A gente tem uma ideia de que todo mundo hoje tem intimidade com o meio digital. Tenho alunos que dominam bem os aplicativos de jogos, mas que têm dificuldade de lidar com ferramentas básicas como o word. É preciso entender que o público do Enem é muito mais variado que o de uma prova específica”, afirmou.

O objetivo do MEC é realizar até quatro aplicações de provas digitais por ano. Em 2021, serão realizadas duas versões, em datas distintas, agendadas previamente, e também opcionais. Em 2026, a versão em papel para de ser distribuída e o exame só será em formato online.

O coordenador do Sistema de Ensino pH, Fabricio Cortezi, que prepara estudantes para processos seletivos, acredita que a mudança proposta pelo MEC vai tornar a avaliação mais interativa, uma vez que será possível usar vídeos, games e outros recursos digitais, mas fez algumas ressalvas.

“A gente tinha algumas indicações de que a estrutura de aplicação da prova poderia mudar, e isso vem muito pela dinâmica e pelo custo que tem fazer provas impressas em um único dia, além da tentativa de otimizar o exame. Agora, a atenção de todo mundo

estava voltada, nesse momento, nem tanto para a logística, mas para o modelo da prova. O que não foi explicado”, afirmou.

Cortezi disse que a avaliação digital não vai alterar a formação pedagógica dos estudantes, mas que o novo modelo vai exigir deles mais intimidade com o digital. Segundo ele, a vantagem desse sistema é que as notas são divulgadas com maior celeridade, e as logísticas de aplicação e segurança são mais simples.

“O que pode ser considerado um ponto desfavorável é o fato de que o aluno que está no 3º ano do ensino médio, hoje, não está acostumado a trabalhar com avaliação no computador. Ainda que ele faça um simulado ou outro em algum site, ele não está acostumado a ler e resolver provas em computador nem com a logística em que elas serão aplicadas”, disse.

Aplicador

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que o MEC não vai comprar os computadores que serão usados nas provas. A ideia é aproveitar os equipamentos disponíveis nas escolas e alugar outros espaços, uma decisão que será tomada pelo consórcio responsável pela aplicação da avaliação e que ainda será definido pelo governo.

“A gente fornece as informações da base instalada de computadores nas escolas e o aplicador pode alugar ou buscar outras salas. Por ser progressiva (a mudança para o online) a gente entende que as escolas, com o tempo, vão começar a se adaptar a aplicação de provas digitais. Isso já acontece em algumas delas, em que pessoas fazem as avaliações em tablets e notebooks, e a tendência é que isso se dissemine por todo o ensino”, afirmou.

Segundo o MEC, em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados nesta edição. O CORREIO perguntou quanto o Ministério estima economizar com a aplicação das 50 mil provas digitais, mas não houve retorno até o fechamento dessa reportagem.

Lopes afirmou que o digital vai possibilitar a avaliação também dos diversos itinerários previstos com a reforma do ensino médio. Não está descartada a possibilidade de novos locais para aplicar o Enem, inclusive aumentando o número de municípios.

“Quando a gente pensa em fazer uma prova impressa, procura salas com cadeiras com braço. Quando vai para o mundo digital, muda. Não precisa, necessariamente, ficar procurando escola, pode usar outras instituições que tenham disponibilizadas salas com infraestrutura de informática”, disse Lopes.

Em localidades mais distantes com restrições no acesso à internet o MEC informou que serão adotadas soluções específicas, mas não detalhou. A expectativa do Inep é de que o Enem Digital seja um incentivo para ampliar o número de computadores conectados nas redes de ensino de todo País. E conseqüentemente, aumentar o total de inscritos no exame.

Segurança

Em relação a segurança do novo modelo, tanto o ministro Weintraub como o presidente do Inep afirmaram que os estudantes não têm com o que se preocupar. Lopes lembrou que bandidos já tentaram burlar o Enem antes, e que o MEC tem um termo de cooperação assinado com a Polícia Federal para identificar quadrilhas que tentam fraudar o exame. Já o ministro foi taxativo.

“Evidentemente, a gente sempre tem que ficar atento porque bandido é criativo, ele vive pensando nisso, mas, hoje, a segurança e tecnologia que o Brasil tem permite tranquilamente fazer o Enem digital. Além disso, é só essa última etapa da aplicação que é analógica, todo o restante já é digital”, afirmou.

Os mais interessados no assunto, os estudantes, também estão divididos. Para Larissa Conceição, 21 anos, faltou mais detalhes sobre o novo processo. “Vai ser preciso internet para fazer a prova? Na minha escola quase nunca tem, e tem muitas cidades do interior que não tem nem tomada para tanto computador”, disse.

Já a amiga dela, Juliana de Jesus, 18, gostou da ideia. “Vai ser mais prático e acho que até mais rápido que o modelo atual”, contou. A prova online de 2020 já tem data, ela será aplicada nos dias 11 e 18 de outubro (dois domingos) e terá o mesmo tempo que a impressa. Já o Enem para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) só passará ao formato digital a partir de 2026.

Enem 2019 segue sem alterações

As mudanças anunciadas pelo Ministério da Educação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2020 não alteram em nada a edição 2019. Em outubro, os participantes terão acesso ao cartão de confirmação, com os locais da avaliação, e nos dias 3 e 10 de novembro serão aplicadas as provas.

No primeiro dia serão testados os conhecimentos dos candidatos em Linguagens, Códigos e suas Tecnologias / Redação / Ciências Humanas e suas Tecnologias. No segundo dia, será a vez de Ciências da Natureza e suas Tecnologias / Matemática e suas Tecnologias. A publicação dos gabaritos e dos cadernos de questões acontecerá no dia 13 de novembro e os resultados individuais em janeiro de 2020, em data ainda a confirmar.

Na Bahia, 488 mil candidatos se inscreveram para fazer o exame, número maior que os 398 mil do ano passado. No Brasil, são mais de 5 milhões de participantes. No dia da avaliação é preciso levar documento de identificação original, oficial e com foto. Cópias, mesmo que autenticadas, não são permitidas.

O exame avalia o desempenho do estudante e permite o acesso à educação superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni) e instituições portuguesas. Ele também possibilita o financiamento e apoio estudantil, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além de autoavaliação e desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais.

O exame é aplicado em dois domingos e tem quatro provas objetivas, com 180 questões, além de uma redação. Somadas as 21 edições já realizadas, o Enem recebeu quase 100 milhões de inscrições.

Confira o cronograma:

Outubro - Divulgação do cartão de confirmação com o local de prova;

3 de novembro - Prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias / Redação / Ciências Humanas e suas Tecnologias;

10 de novembro - Prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias / Matemática e suas Tecnologias;

13 de novembro - Publicação dos gabaritos e dos cadernos de questões;

Janeiro de 2020 - Resultados individuais;

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA

Enem adotará prova digital em 2020

O Recife será uma das três cidades do Nordeste a receber os primeiros testes.

Digitalização total ocorrerá até 2026, segundo o Ministério da Educação

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá aplicação digital a partir de 2020. O Recife será uma das três cidades do Nordeste a receber os primeiros testes. Ao todo, 15 capitais vão participar. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo exame, a implantação do Enem Digital será progressiva, com previsão de consolidação em 2026. Portanto, não haverá mudanças para os participantes inscritos na edição 2019.

Ontem, a novidade dividiu opiniões de estudantes e professores pernambucanos. A redução de custos, a modernização do exame e a possibilidade de agendamento são vistas como aspectos positivos. Por outro lado, docentes e alunos acreditam que o exame pode ficar mais cansativo. Eles questionam se as escolas terão capacidade e equipamentos suficientes para receber a aplicação das provas. De acordo com o Censo Escolar 2018, das 8.660 unidades públicas e privadas de ensino de Pernambuco, 62% têm acesso à internet. No Brasil, essa taxa é de 73%. Ao todo, 40.546 computadores estão disponíveis para uso de alunos no estado e 19.362 são para uso administrativo.

Durante a apresentação do novo modelo, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, pontuou os avanços do Enem Digital. O instituto informou que, até 2026, a modalidade permitirá a aplicação em várias datas ao longo do ano, por agendamento, além de avaliar o aluno com outros tipos de questões, usando vídeos, infográficos e games, aplicar a prova em mais municípios, aproximando os exames dos alunos, e reduzir a complexidade da logística. Para Lopes, o Enem Digital terá foco no desenvolvimento da avaliação do aluno, poderá avaliar diversos itinerários previstos com a reforma do ensino médio e potencializar as individualidades a partir de instrumentos de inteligência artificial.

“Em 2020, teremos três aplicações: o Enem digital, para 50 mil pessoas, a regular em papel e a reaplicação”, explicou. A reaplicação será voltada a candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito ao reteste, que ocorrerá em papel. Entre as vantagens do modelo, o presidente do Inep destacou a economia com a impressão de papel. Para a edição deste ano, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas. Os custos da aplicação, de acordo

com o órgão, superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes com inscrições confirmadas.

Estudante do segundo ano do ensino médio do Colégio Santa Maria, Pedro Bandeira, 16, vê com otimismo a mudança. “Vejo como aspectos positivos a redução de custos e a modernização, pois vários países da Europa já fazem assim. Porém o Enem é muito cansativo. Acredito que será ainda mais, principalmente para a vista, no computador”, opinou. Aluna de terceiro ano do Colégio Dom, Júlia Santos, 17, disse ter ficado surpresa com o anúncio. “Não imaginava que fosse algo já para o próximo ano. Se eu fosse fazer o Enem em 2020, não optaria pelo digital, pois, por ser o primeiro ano, acredito que não será tão bem elaborado. Na escola fazemos provas no papel. Esse modelo não é algo com que eu esteja familiarizada para fazer muitas questões”, afirmou. Para o professor de filosofia e sociologia Waldemir Lopes, as escolas precisarão se adaptar para proporcionar avaliações digitais semelhantes ao novo Enem.

O diretor-geral do Colégio Motivo, Sérgio Ribeiro, criticou a priorização desse tema. “Acho que é um avanço necessário, mas não sei se o Brasil está pronto para esse movimento. Temos o novo ensino médio que precisa ser discutido. Além disso, se o exame continuar igual, mas apenas mudar a plataforma, ou seja, somente substituir o papel pela tela, não haverá avanço. O Enem atualmente tem a dificuldade de encontrar prédios para aplicar as provas, imagine computadores de qualidade. Acredito que temos agendas mais importantes no momento”, enfatizou.

Inscritos terão ordem de chegada

O Inep já prepara a aplicação piloto em 2020, com a aquisição e o desenvolvimento da plataforma digital, mas a adesão à prova digital piloto será opcional. As vagas serão preenchidas por ordem de chegada dos inscritos. “Achamos que vai ter fila de espera. O nosso objetivo é fazer com 1% no primeiro piloto”, afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Em 2021, serão realizadas duas aplicações digitais em datas distintas, agendadas previamente, também opcionais. A edição servirá como aprimoramento. Permanecerão a aplicação regular e a reaplicação em papel. De 2022 a 2025, o Enem Digital continuará sendo aprimorado. A previsão do Inep é realizar até quatro aplicações digitais, em datas distintas, com agendamento prévio e ainda opcional para os participantes. Em 2026, a versão em papel vai parar de ser distribuída e o exame só será em formato digital.

“Depois de 100 anos de provas sendo realizadas no papel, a educação brasileira aponta para o futuro e vai abrir processo para fazer o Enem em uma versão digital”, ressaltou Weintraub. Em relação a possíveis fraudes, o ministro afirmou que a segurança do processo digital será garantida pelo Inep.

A aplicação permanecerá em dois domingos, nos dias 11 e 18 de outubro de 2020, e os resultados serão divulgados de forma conjunta. Tanto as provas objetivas quanto a prova de redação serão feitas em formato digital. Já o Enem regular acontecerá em 1º e 8 de novembro de 2020. O valor da inscrição será o mesmo para todos os participantes. O Enem para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) só passará ao formato digital a partir de 2026.

O ministro afirmou que nem ele nem o presidente Jair Bolsonaro tiveram acesso à prova de 2019, que foi enviada à gráfica na sexta-feira passada. No ano passado, logo após as eleições, o presidente fez críticas ao Enem e disse que a prova deveria cobrar conhecimentos úteis. Em 2018, uma questão que tratava de dialeto usado por gays e travestis desagradou Bolsonaro, que prometeu revisar a prova pessoalmente a partir dali.

topo ↕

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM - BRASIL

Governo investe na ampliação de escolas do Ensino Fundamental

Mesmo estando na metade do ano letivo de 2019, o Governo do Estado já se prepara para aumentar o número de vagas na Rede Pública Estadual de Ensino em Porto Velho. Entre as inúmeras ações da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) estão as obras de ampliação em algumas escolas, com a construção de novas salas de aula para assistir alunos do 6º ao 9º do ensino fundamental.

Na Zona Sul da Capital três unidades educacionais foram contempladas com a edificação de novas classes: Jorge Vicente Salazar dos Santos, no bairro Cohab Floresta II, Hélio Neves Botelho, no bairro Caladinho e Heitor Villa Lobos, no bairro Castanheiras.

A secretária adjunta da Seduc, Maria Conceição Alves, juntamente com a equipe tem supervisionado a obra nas escolas. Em cada colégio serão construídas três salas. Com a ampliação, cada espaço vai atender seis turmas, num total de 18 turmas para acolher mais de 600 estudantes.

“Na Escola Vicente Salazar a obra já foi concluída, faltando apenas a climatização e a mobília. O processo de licitação está em andamento e até outubro deste ano estará finalizado. A escola Hélio Neves Botelho está em fase de conclusão dos espaços. Já na Heitor Villa Lobos a obra deve ser iniciada ainda neste semestre, mas para o ano de 2020 estarão prontas para atender a demanda da zona sul de Porto Velho” considerou Maria Conceição.

O recurso para a ampliação das nove salas vem do Programa de Apoio Financeiro (Proafi), do Governo Federal destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino. São mais de R\$ 400 mil investidos na obra.

O titular da pasta da Educação, Suamy Vivecananda Lacerda Abreu comentou sobre o último Censo Escolar de 2017. Os números indicam que das 27 unidades da federação, 23 tiveram aumento no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), entre elas, Rondônia que conseguiu alcançar a meta proposta de desempenho nos anos finais do ensino fundamental da Rede Pública Estadual, de responsabilidade do Governo do Estado, inclusive os três colégios contemplados com a ampliação de novas salas de aula.

CONFORTO E SEGURANÇA

“Não basta construir e ampliar escolas para abrir novas vagas. O governador Marcos Rocha tem a preocupação de oferecer à classe educanda um ambiente com estrutura melhor, com conforto e segurança, visando um melhor aprendizado de qualidade. Isso inclui também o bem estar dos servidores que atuam nas unidades educacionais e pais de alunos”, ressaltou Suamy.

O secretário de Educação disse ainda que os investimentos na área educacional não se

restringem apenas a Zona Sul da cidade. O Governo do Estado pretende ampliar vagas em outras regiões do município com construção de novas salas, reparos, ampliação de muros e instalação de concertinas, entre outras benfeitorias. Os trabalhos vão abranger, ainda, escolas estaduais nos demais municípios.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

Enem digital traz mais perguntas que respostas. Até professores têm dúvidas Novo formato será testado ano que vem e até 2026 estará 100% implantado, mas ainda há muitas questões abertas

Uma decisão inevitável e natural aos olhos de vários educadores, mas que chega trazendo mais perguntas que respostas. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem que a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ocorrerá no formato digital a partir do ano que vem, quando essa opção estará disponível a um leque de 50 mil alunos em caráter de teste. A substituição do papel já havia sido considerada em governos anteriores, mas agora que teve sua adoção anunciada vem recheada de dúvidas. Sem detalhamento de como o processo ocorrerá e sem explicação sobre pontos essenciais, como a segurança sobre o sigilo das questões, o futuro da redação e da correção via teoria de resposta ao item (TRI), professores enxergam na novidade mais ansiedade do que um sentimento real de melhoria.

A consolidação do Enem digital está prevista para 2026. O Ministério da Educação (MEC) ressalta que nada muda para os participantes deste ano. No projeto-piloto, em 2020, os estudantes poderão optar, no ato de inscrição, pela aplicação digital ou pela tradicional prova em papel. A prova digital será aplicada um mês antes, em 11 e 18 de outubro, em 15 capitais: Belo Horizonte, Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Quem optar pelo processo tradicional responderá ao teste em papel em 1º e 8 de novembro.

Por meio do computador, a ideia do governo federal é fazer várias edições do exame ao longo do ano, por agendamento. O Ministério da Educação espera ainda avaliar o aluno com outros tipos de questões, usando vídeos, infográficos e games, favorecendo a interatividade, além de aplicar a prova em mais municípios. De 2022 a 2025, o Enem digital será aprimorado. A previsão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é fazer até quatro aplicações digitais, em datas distintas, com agendamento prévio e ainda opcional para os participantes. Por esse cronograma, em 2026 a versão em papel vai parar de ser distribuída e o exame ocorrerá apenas em formato digital.

Integrante do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ex-presidente do Inep, o professor José Francisco Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), enumera uma série de preocupações despertadas pelo anúncio. A primeira delas é a ordem dos testes. “O primeiro grupo (digital) poderá ser favorecido, pois o outro gasta muito tempo para fazer a redação à mão”, diz. Segundo ele, deve ser avaliado ainda o nível de informação que cada questão traz ao aluno em cada um dos formatos, considerando que o computador tem uma vasta gama de ferramentas que não estão disponíveis aos que resolverão as provas com caneta e papel.

“O Enem engessa o ensino médio. O on-line pode ter influência positiva, se tiver opções de itens que hoje não estão disponíveis no papel, como uma questão de ciências com

simulação, por exemplo. Ou questões de português que se pode responder com um pequeno texto. Abre uma possibilidade fantástica, mas, se a proposta é turbinar o modelo velho, apenas com múltipla escolha pelo computador, não há nada para celebrar”, completa.

O professor ressalta que o objetivo de uma prova pelo computador é demandar do aluno nuances que não se consegue pedir nem medir em questões fechadas. Mas, para isso, é preciso que o formato esteja inserido no projeto pedagógico, o que faz o prazo de um ano ser curto para tantas adaptações, acredita. Francisco Soares ressalta ainda as novas bases do ensino médio, estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que exigem raciocínio crítico.

INCERTEZA

Por causa dessas questões ainda sem respostas, a professora de biologia Pollyana Fantini, da Salinha Bioquímica, considera este primeiro momento muito mais de incertezas, o que traz mais ansiedade, tanto para quem está à frente da sala de aula quanto para os estudantes. “Qualquer novidade deveria ser discutida com quem é protagonista nesse processo, ou seja, os professores e os próprios alunos. Houve uma conversa que ficou nos bastidores e, mais uma vez, vão mudar as regras do jogo com a partida já no meio do caminho”, critica. Ela também cobra mais explicações. E questiona, no quesito tempo, qual seria a vantagem para o aluno. “Deixará de haver textos em algumas questões para haver vídeo, por exemplo?”

Outra preocupação é com a redação, cuja avaliação não foi assunto da apresentação feita ontem pelo ministro. “Duvido que universidades sérias aceitem estudantes sem testar a parte escrita”, diz. “A consequência imediata desse anúncio é mais ansiedade. Estou querendo selecionar aluno que saiba ler. Corro risco de não ter treinamento de escrita e, agora, risco de não ter treinamento de leitura. Está todo mundo perdido e no escuro”, afirma a professora.

CAMINHO SEM VOLTA

A mudança traz mais dúvida que certeza, embora seja um caminho natural, também na opinião da assessora de gestão e desempenho do Bernoulli Sistema de Ensino, Vanessa Santos. Ela lembra que a logística sempre foi um ponto sensível do Enem e, no formato digital, é preciso garantir que problemas do passado, como vazamento de provas, não voltem a ocorrer. Entre os desafios, está a adesão de participantes que foram treinados para fazer prova no papel e que estejam dispostos a fazer a prova um mês antes.

A Teoria de Resposta ao Item é outra preocupação. “Não falou se a correção continuará sendo pela TRI. Se continuar, precisa da calibração de item e de um banco de questões muito robusto, para ter vários tipos de prova. O pré-teste sempre foi processo logístico imenso para o Inep. Será que haverá simulado on-line para pré-testar algum tipo de questão?”, questiona Vanessa.

A incerteza não é só de professores. Estudante do 2º ano do Colégio Padre Eustáquio, no bairro homônimo da Região Noroeste de Belo Horizonte, Rafael Cyrne Santos, de 16 anos, também quer mais explicações. Ele fará ano que vem a prova que o credenciará para o ensino superior. Diz já ter decidido que não vai participar do piloto da prova digital. “Tudo na escola está programado para fazer o Enem em formato físico. Além disso, um mês antes, quando estaremos ainda em pré-prova na escola, não é

interessante. Se eu já estivesse na faculdade e quisesse fazer um teste, gostaria de tentar para ver como é”, diz.

Para Rafael, um problema estrutural pode inviabilizar o formato digital, uma vez que grande parte das escolas públicas brasileiras não tem laboratório de informática. “Falta intimidade desses alunos com o meio digital, diferente do que ocorre em colégios particulares. O modelo deveria ser aplicado com modelo de integração digital da população e reestruturação das escolas públicas. Tem que vir com mais proposta. Assim é muito vago.”

topo ↕

FOLHA DO MATE - NOTÍCIAS

Professora Fernanda Saldanha embarca para intercâmbio no Canadá

A professora Fernanda Saldanha vive, nos próximos dois meses, uma experiência inédita e que promete agregar às aulas de Arte que ministra na rede municipal de ensino. A venâncio-aiarense embarca, hoje, para o intercâmbio de oito semanas no Canadá, por meio do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores da Educação Básica, em Ottawa.

Fernanda integra um grupo de cerca de cem educadores de todo o Brasil que foram selecionados para curso do Colleges and Institutes Canada (CICan), por meio de edital da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Espero aprender muito nestes dois meses. Acredito que essa experiência vai agregar muito não apenas para mim, mas para as aulas e os estudantes”, destaca a educadora. De acordo com ela, o objetivo é voltar com aprendizado do curso e também vivências culturais, como visitas a museus e peças de teatro, para compartilhar com os alunos.

Após aulas de inglês básico, nas duas primeiras semanas, os professores brasileiros participarão de curso sobre gestão de sala de aula e aprendizagem centrada no aluno. A hospedagem será em casas de famílias canadenses e todos os custos da viagem serão custeados pelo programa.

“É a minha primeira viagem mais longa ao exterior. É um sonho se tornando realidade e acredito que será uma inspiração para os estudantes, por mostrar que é possível sonhar grande e correr atrás dos nossos sonhos”, diz Fernanda.

Atuação

Formada no curso de Licenciatura em Teatro, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Fernanda Saldanha é professora nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Emefs) Alfredo Scherer e Dom Pedro II. Ela cursa mestrado profissional em Artes na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

O projeto da nutricionista que leva informação direto para o seu celular Fernanda Ferreira, da Saúde Pública, usa as redes sociais para levar informação nutricional gratuita e direcionada a quem se interesse em participar do seu projeto de mestrado

A dieta ideal poderia ser a mesma dos influencers veganos do Instagram? Ou parecida com as restrições excêntricas de celebridades? Ou até mesmo uma série de alimentos vilões cortada da rotina? A maioria delas descobrimos pela internet. Mas não é assim

que funciona – cada dieta ideal leva em conta as demandas particulares de cada um – e se educar por conta própria traz o risco de receber informações erradas. Então como saber o que é certo e errado no mar de informações do mundo virtual?

O programa de educação nutricional on-line Nutrinterativa poder ser uma solução para essa lacuna. Ele é o projeto de mestrado da nutricionista Fernanda Ferreira dos Santos, na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP, em São Paulo. A ideia é resolver dúvidas de nutrição para quem precisa de acesso rápido à informação, de forma gratuita. O projeto leva em conta a experiência do usuário em mídias digitais como WhatsApp, Messenger e Instagram – e aproveita das mesmas redes pra divulgar informação.

A pesquisa faz parte do Programa Nutrição em Saúde Pública da USP, com apoio da **Capes**. Ela conta que escolheu juntar o trabalho de pós-graduação com mídias sociais focalizado no conteúdo demandado pelo usuário “como, quando e por qual meio de comunicação.”

“Meu objetivo ao iniciar o projeto era tornar informações sobre nutrição mais acessíveis e didáticas à população. É importante divulgar e refletir sobre a temática, já que ela tem a capacidade de influenciar diretamente a saúde da população”, diz a nutricionista.

Fernanda criou um perfil no Instagram para compartilhar informações nutricionais variadas. Mas o projeto também conta com apoio direto de quem participa do Nutrinterativa. Para isso, é preciso responder a um questionário sobre como gostaria de ter acesso aos conteúdos pelo celular.

O formulário se inicia por informações de seu endereço nas redes sociais, como as usa e se prefere o acompanhamento em grupo ou individual. Ele parte para tópicos de dúvidas que chamam a atenção do participante, que variam entre pressão alta e dietas alternativas.

Conhecendo as preferências do paciente, ela dará início ao programa. “Com essas informações, é possível organizar o cronograma de cada participante, ou grupo, que pode durar até 8 semanas.”

O poder das redes sociais

O projeto tem como impulso a própria disseminação nas redes, com a facilidade em expor as próprias dietas e de encontrar novas dicas alimentares. Mas isso pode ser um problema, porque o volume de informações erradas ou insuficientes sobre nutrição também é exposto com facilidade.

Para Fernanda, o perigo está nas notícias sem embasamento teórico sobre dietas da moda, alimentos milagrosos ou vilões. Ela acredita que os meios de comunicação já consolidados ainda são pouco explorados por profissionais da área, o que facilita a disseminação de informações inadequadas.

Uma das possibilidades é desenvolver espaços de discussão on-line entre profissionais e usuários, com disponibilidade para solucionar dúvidas e repensar a forma como lidam com sua alimentação e saúde. “Não se trata de dietas ou orientações que apenas podem ser transmitidas em atendimentos presenciais, mas uma estratégia para organizar informações a que os usuários facilmente têm acesso de diferentes fontes – com o

diferencial de não ser apenas um meio de transmissão de informação, mas de estímulo à reflexão”, diz Fernanda.

Para participar do projeto Nutrinterativa, basta preencher o primeiro questionário, disponível neste link. As inscrições permanecerão abertas ao longo do mês de julho.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Professores embarcam rumo à capacitação no Canadá

Cem professores da rede pública de ensino de 18 estados e do Distrito Federal embarcam, a partir desta quarta-feira, 3, para Ontário, no Canadá, a fim de participar do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica. A capacitação é parte da cooperação entre a **CAPES** e o Colleges and Institutes Canada (CICan). Durante oito semanas, os profissionais, divididos em dois grupos, conhecerão o modelo educacional daquele país no Niagara College e no Fanshawe College.

Professora de educação infantil e anos iniciais em Taquara (RS), Daiane Arend Flores de Oliveira é uma das mais jovens aprovadas no programa. Ela acredita que a experiência vai ajudá-la no trabalho de reformular a proposta curricular e o sistema de avaliação do seu município. “Como o Canadá é um país referência na questão da autonomia infantil, a proposta da **CAPES** veio bem a calhar no momento em que estávamos iniciando o processo. Literalmente, vamos unir o útil ao agradável”, conta.

No outro extremo do território brasileiro, a professora de ensino médio Danielle do Vale, de Marabá (PA), espera ver como um país desenvolvido consegue inserir com qualidade a educação física no dia-a-dia dos estudantes. A partir dessa experiência, ela pretende aprimorar sua prática pedagógica. “Sinto falta de trazer o aluno para mais perto da aula de educação física”, revela. “Ver como funcionam as instalações esportivas e a didática dos professores lá. Isso é o principal”, completa.

Programa

Desenvolvido conjuntamente entre as Diretorias de Relações Internacionais (DRI) e de Formação de Professores da Educação Básica (DEB), o programa é dividido em duas partes. A primeira é composta por um curso básico de inglês. A segunda é destinada à formação dos professores, com atividades voltadas à gestão de sala de aula e à aprendizagem centrada no aluno.

Os benefícios garantidos aos participantes incluem passagens aéreas nacionais e internacionais de ida e volta, ajuda de custo, seguro-saúde, deslocamento no Canadá (aeroporto/universidade/aeroporto), alojamento em casa de família canadense (homestay), incluindo três refeições, curso de formação e material didático.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 03.07.2019

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Encceja Exterior: prazo de inscrição termina nesta sexta-feira

As inscrições para pessoas residentes no exterior, interessadas em fazer o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja Exterior), terminam nesta sexta-feira (5) às 23h59.

Acaba também amanhã o prazo de solicitação para atendimento especializado. Podem

pedir pessoas com: baixa visão, visão monocular, deficiência intelectual (mental), deficiência auditiva, surdez, autismo, déficit de atenção, discalculia e dislexia e/ou deficiência física.

As provas do Enceja Exterior serão aplicadas no dia 15 de setembro em 18 cidades, de 12 países.

Os candidatos que estiverem em busca do certificado do ensino fundamental devem ter, no mínimo, 15 anos de idade completos na data da prova. Já para o certificado do ensino médio, a idade mínima exigida é 18 anos.

Provas

O Enceja Exterior é composto por quatro provas objetivas, cada uma com 30 questões de múltipla escolha, e uma redação. A nota mínima exigida é de 100 pontos nas provas objetivas e de cinco pontos na redação.

Os resultados do Enceja podem ser usados de duas formas. O participante que conseguir a nota mínima exigida nas quatro provas objetivas e na redação tem direito à certificação de conclusão de ensino fundamental ou do ensino médio.

O participante que conseguir a nota mínima exigida em uma das quatro provas, ou em mais de uma, mas não em todas, tem direito à declaração parcial de proficiência.

Locais das provas

As provas serão aplicadas na Bélgica (Bruxelas); Espanha (Barcelona e Madri); nos Estados Unidos (Boston, Houston, Nova Iorque e Miami); na França (Paris); Guiana Francesa (Caiena); Holanda (Amsterdã); Itália (Roma); no Japão (Nagoia, Hamamatsu e Tóquio); em Portugal (Lisboa); no Reino Unido (Londres), na Suíça (Genebra) e no Suriname (Paramaribo).

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Perfil de ministro da Educação na Wikipedia passa por 25 mudanças em três dias e MEC pede que seja tirado do ar

Página indica leitura de textos que chamam o ministro de "olavete" e colaboradores disputam narrativa sobre bloqueio orçamentário das universidades; seção sobre "controvérsias" foi cortada

De segunda (1º de julho) até esta quinta-feira (04), a página da Wikipedia dedicada ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, passou por 25 edições. As informações estão disponíveis na própria página da enciclopédia colaborativa. Segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", o Ministério da Educação (MEC) pediu para o site tirar do ar a página sobre o ministro no dia 27 de junho.

Na página de discussão sobre as edições da página, o principal assunto debatido entre os colaboradores era sobre como o bloqueio orçamentário imposto por Weintraub deveria ser descrito na Wikipedia.

"A informação que diz corte de 30% está TOTALMENTE equivocada", escreveu o usuário Nexus1997, complementando que "Conforme o próprio ministério, é um CONTINGENCIAMENTO, algo bem diferente de um corte, de 3,4%", indicando um link do MEC.

"Acredito que se restringir à dados de fontes oficiais é parcial", respondeu o usuário João Victor Bertoldo, explicando seu ponto de vista: "devemos seguir fontes como a Lupa/Folha de S.Paulo, que esclareceu esses valores: o corte representa 30% do total de despesas não obrigatórias e 3% do total de despesas, visto que salários não podem ser cortados".

O verbete sobre Weintraub na Wikipédia foi criado no dia 8 de abril, pouco mais de três horas depois do presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciar pelo Twitter que ele sucederia Ricardo Vélez Rodriguez no comando do MEC.

A página atualmente está bloqueada para edições. Colaboradores antigos estão debatendo sobre como editar o texto de forma a deixá-lo imparcial. Foi tirada do texto a seção "controvérsias", que listava fatos polêmicos em relação ao ministro; como por exemplo, frases acusando universidades de "balbúrdia" e convocações feitas a pais de alunos, para que denunciasses professores.

"A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação do Brasil, tomando conhecimento da criação desta página no dia 8 de abril de 2019 e a da impossibilidade de edição por este órgão governamental, solicita a exclusão da página do ministro Abraham Weintraub", afirma o texto enviado pelo MEC à Wikipédia, segundo o Estado: "A página contém informações não confirmadas com a pessoa pública ora em destaque, contribuindo para interpretações dúbias. Com a restrição, a pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar a ampla defesa e o contraditório."

topo ↕

METRÓPOLIS - TEMPO REAL

Por frases dúbias, ministro da Educação quer sair da Wikipedia MEC alegou que página conteria "informações não confirmadas" que poderiam levar a "interpretações dúbias"

O Ministério da Educação (MEC) solicitou na última quinta-feira, dia 27 de junho, à enciclopédia colaborativa Wikipédia que o verbete sobre o ministro da pasta, Abraham Weintraub, fosse excluído. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o MEC alegou que a página conteria "informações não confirmadas" que poderiam levar a "interpretações dúbias".

A mensagem enviada pelo MEC, à qual a reportagem teve acesso, justifica o pedido de exclusão pela "impossibilidade de edição" do conteúdo por parte do ministério. Segundo a pasta, com a restrição de edição, a "pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar ampla defesa e o contraditório".

Procurado, o MEC confirmou ter pedido a remoção do artigo e também reconheceu o conteúdo do e-mail, mas não comentou a solicitação nem esclareceu quais trechos do artigo sobre Weintraub motivaram o contato. A solicitação do ministério foi feita por um mecanismo automático da plataforma, no qual é possível enviar um e-mail ao usuário responsável pela última edição.

O verbete sobre Weintraub na Wikipédia foi criado em 8 de abril, pouco mais de três horas depois de o presidente Jair Bolsonaro anunciar pelo Twitter que ele sucederia Ricardo Vélez Rodriguez no comando do ministério.

A solicitação do MEC para que o verbete fosse excluído mobilizou um fórum de editores da Wikipédia – que assinam com pseudônimos. O editor Chronus, que foi contatado pela assessoria do MEC, compartilhou a mensagem recebida e pediu aos colegas conselhos. “Caberia alguma resposta formal da comunidade quanto à solicitação do MEC?”, escreveu no fórum do site na última segunda-feira.

Os editores então sugeriram que ele pedisse mais clareza ao MEC sobre os pontos problemáticos e respondesse explicando que é impossível que um editor sozinho consiga eliminar um artigo.

O editor contatado pelo MEC não havia alterado conteúdo, mas restringiu a possibilidade de que usuários sem boa reputação na plataforma pudessem editar o texto.

Na discussão do fórum, o Chronus disse que não pretendia responder ao e-mail do MEC. Argumentou que a comunicação deveria ter sido feita à Fundação Wikimedia, com sede na Califórnia.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Ministro da Educação quer sair da Wikipedia

MEC alegou que a página conteria "informações não confirmadas" que poderiam levar a "interpretações dúbias"

O Ministério da Educação (MEC) solicitou na última quinta-feira, dia 27 de junho, à enciclopédia colaborativa Wikipédia que o verbete sobre o ministro da pasta, Abraham Weintraub, fosse excluído. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o MEC alegou que a página conteria “informações não confirmadas” que poderiam levar a “interpretações dúbias”.

A mensagem enviada pelo MEC, à qual a reportagem teve acesso, justifica o pedido de exclusão pela “impossibilidade de edição” do conteúdo por parte do ministério. Segundo a pasta, com a restrição de edição, a “pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar ampla defesa e o contraditório”.

Procurado, o MEC confirmou ter pedido a remoção do artigo e também reconheceu o conteúdo do e-mail, mas não comentou a solicitação nem esclareceu quais trechos do artigo sobre Weintraub motivaram o contato. A solicitação do ministério foi feita por um mecanismo automático da plataforma, no qual é possível enviar um e-mail ao usuário responsável pela última edição.

O verbete sobre Weintraub na Wikipédia foi criado em 8 de abril, pouco mais de três horas depois de o presidente Jair Bolsonaro anunciar pelo Twitter que ele sucederia Ricardo Vélez Rodriguez no comando do ministério.

A solicitação do MEC para que o verbete fosse excluído mobilizou um fórum de editores da Wikipédia – que assinam com pseudônimos. O editor Chronus, que foi contatado pela assessoria do MEC, compartilhou a mensagem recebida e pediu aos colegas conselhos. “Caberia alguma resposta formal da comunidade quanto à solicitação do MEC?”, escreveu no fórum do site na última segunda-feira.

Os editores então sugeriram que ele pedisse mais clareza ao MEC sobre os pontos problemáticos e respondesse explicando que é impossível que um editor sozinho

consiga eliminar um artigo.

O editor contatado pelo MEC não havia alterado conteúdo, mas restringiu a possibilidade de que usuários sem boa reputação na plataforma pudessem editar o texto.

Na discussão do fórum, o Chronus disse que não pretendia responder ao e-mail do MEC. Argumentou que a comunicação deveria ter sido feita à Fundação Wikimedia, com sede na Califórnia. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC vai testar Enem digital e prevê prova 100% online em 2026

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto, apresentado nesta quarta-feira, 3, pelo ministro da Educação, Abrahan Weintraub, prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020, em um projeto-piloto. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando o governo prevê extinguir a prova de papel.

Segundo Weintraub, o modelo aumentará a concorrência. “Duas ou três grandes empresas conseguem hoje se credenciar.” A mudança, disse, permitirá que mais estudantes façam a prova, incluindo os que têm mobilidade reduzida.

Para o projeto-piloto, devem ser desembolsados R\$ 20 milhões – no formato atual, o custo de aplicação para este ano, com cerca de 5 milhões de participantes, é de R\$ 500 milhões. Segundo o MEC, os custos iniciais da versão digital serão “expressivamente maiores” do que da versão atual, mas a expectativa é reduzi-los ao longo dos anos. O plano prevê que toda a prova seja realizada de forma digital, incluindo a Redação.

Um dos objetivos é ter, nos próximos anos, a aplicação da prova em mais de uma data ao ano – até quatro no projeto original. O que, na avaliação do ministro, retiraria “a agonia” de um exame de tamanha relevância ter só uma aplicação.

Os riscos de fraude, segundo o ministro, também serão menores. “O Brasil tem tecnologia para isso. O sistema bancário é todo eletrônico.” E depois emendou: “Mas bandido é criativo.” Questionado se um hacker não poderia invadir o sistema para fazer a prova do candidato, afirmou ser mais fácil uma invasão só na nota – risco que, em tese, já existiria hoje.

O MEC disse ainda que a versão online facilitará a realização de provas por itinerários formativos, que valerão com o currículo flexível previsto na reforma do ensino médio. O candidato passará a fazer a prova conforme a área de estudo que escolheu para aprofundamento.

A ideia do Enem digital começou a ser discutida em 2012. Os últimos presidentes do Inep, órgão responsável pela prova, e principais quadros do MEC já defendiam a prova online, mas o principal entrave era exatamente a ausência de um banco de questões com robustez suficiente – as perguntas do exame passam por rigoroso processo, com dez etapas, entre a produção e a avaliação do item. O MEC admite ser preciso ampliar o banco de questões.

Secretária executiva do MEC na gestão Michel Temer, Maria Helena Guimarães disse com preocupação o prazo anunciado e a ausência de ações para ampliar o banco de questões. “Nossa avaliação, na época, era de que precisaríamos ter um banco com ao menos 5 mil itens. Temos muito menos que isso (o número não é divulgado, sob justificativa de segurança). Um banco de itens robusto e de qualidade exige investimento alto. Na União Europeia, a elaboração de cada item custa de 800 a 1 mil euros.” Ela estima custo de R\$ 50 milhões para formar um banco com itens suficientes e de qualidade.

Mônica Franco, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (Cenpec), lembra que muitas escolas públicas ainda não têm computador ou internet. “O Enem não mede só o desempenho das escolas. Dá acesso à universidade. Por isso, é fundamental garantir a equidade de condições. Não podemos prejudicar ainda mais os mais vulneráveis e menos assistidos.”

Alunos

Moisés Sousa, de 22 anos, que tentará vaga de Medicina em uma universidade federal, tem dúvidas sobre a alteração. Ele conta já ter feito prova online e não se deu bem. “Prefiro o lápis. No computador parece muito abstrato.”

Já Daniel Silveira, de 23 anos, vê vantagem na Redação. “Você apaga mais facilmente e digita mais rápido. No papel, é difícil”, diz ele, que pretende cursar Economia.

Em 2017, o MEC fez consulta pública sobre como melhorar o Enem: 70,1% responderam não concordar com a prova digital. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Professoras de inglês das Etecs ganham bolsas de estudos nos EUA

Neste mês, sete educadoras vão a Michigan e Ohio para experiência internacional que visa aprimorar conhecimentos na língua e melhorar o ensino do inglês

Sete professoras de inglês das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) do Centro Paula Souza conquistaram bolsas de estudos para aprimorar o domínio do idioma nos Estados Unidos. As educadoras foram selecionadas no programa de aperfeiçoamento Fulbright Brasil, promovido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com a embaixada americana. Mais de 400 professores da rede pública de todo o País serão beneficiados.

As sete professoras contempladas com as bolsas são das Etecs: Conselheiro Antônio Prado, de Campinas (Elizabeth Aparecida Santos da Silva); Machado de Assis, de Caçapava (Ana Flávia Clive Santos Moreira); Martinho de Ciero, de Itu (Marli Aparecida Pacchioni); Professor José Carlos Seno Junior, de Olímpia (Juliana Fioroto); Professor Urias Ferreira, de Jaú (Maisa Sancassani); Etec São Paulo, da Capital (Elizabeth Carolina Tenório Calderon e Jaqueline Rodrigues dos Santos). Elas ficarão nos estados de Michigan e Ohio, no norte do país.

O programa dura seis semanas e começa neste mês. As bolsistas receberão ajuda de custo de 500 dólares, passagens aéreas, hospedagem no alojamento universitário, alimentação, seguro viagem, além de outras taxas. Os cursos visam intensificar o

conhecimento das professoras para melhorar seu desempenho em sala de aula.

“Acredito que fica mais fácil ensinar a questão da pronúncia aos alunos. Esse ponto não faz parte do currículo brasileiro e é um bônus que podemos oferecer aos estudantes após o intercâmbio”, opina Elizabete Calderon. Ela está em seu terceiro intercâmbio e considera que a experiência internacional amplia a visão sobre o ensino de idiomas.

Professoras De Inglês Das Etecs Ganham Bolsas De Estudos Nos EUA

Bolsistas participam do programa Fulbright Brasil, promovido pela **Capes** e embaixada americana

Sobre o Centro Paula Souza – Autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Centro Paula Souza administra as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e as Escolas Técnicas (Etecs) estaduais, além das classes descentralizadas – unidades que funcionam com um ou mais cursos técnicos ou integrados, sob a supervisão de uma Etec –, em cerca de 300 municípios paulistas. Nas Etecs, o número de matriculados nos Ensinos Médio, Técnico integrado ao Médio e no Ensino Técnico ultrapassa 213 mil estudantes. As Fatecs atendem mais de 84 mil alunos nos cursos de graduação tecnológica.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer que Wikipédia exclua perfil de Weintraub

Em São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) solicitou na última quinta-feira à enciclopédia colaborativa Wikipédia que o verbete sobre o ministro da pasta, Abraham Weintraub, fosse excluído.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o MEC alegou que a página conteria "informações não confirmadas" que poderiam levar a "interpretações dúbias".

A mensagem enviada pelo MEC, à qual a reportagem teve acesso, justifica o pedido de exclusão pela "impossibilidade de edição" do conteúdo por parte do ministério.

Segundo a pasta, com a restrição de edição, a "pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar ampla defesa e o contraditório".

Procurado, o MEC confirmou ter pedido a remoção do artigo e também reconheceu o conteúdo do e-mail, mas não comentou a solicitação nem esclareceu quais trechos do artigo sobre Weintraub motivaram o contato.

A solicitação do ministério foi feita por um mecanismo automático da plataforma, no qual é possível enviar um e-mail ao usuário responsável pela última edição.

O verbete sobre Weintraub na Wikipédia foi criado em 8 de abril, pouco mais de três horas depois de o presidente Jair Bolsonaro anunciar pelo Twitter que ele sucederia Ricardo Vélez Rodriguez no comando do ministério.

A solicitação do MEC para que o verbete fosse excluído mobilizou um fórum de

editores da Wikipédia - que assinam com pseudônimos.

O editor Chronus, que foi contatado pela assessoria do MEC, compartilhou a mensagem recebida e pediu aos colegas conselhos.

"Caberia alguma resposta formal da comunidade quanto à solicitação do MEC?", escreveu no fórum do site na última segunda-feira.

Os editores então sugeriram que ele pedisse mais clareza ao MEC sobre os pontos problemáticos e respondesse explicando que é impossível que um editor sozinho consiga eliminar um artigo.

O editor contatado pelo MEC não havia alterado conteúdo, mas restringiu a possibilidade de que usuários sem boa reputação na plataforma pudessem editar o texto.

Na discussão do fórum, o Chronus disse que não pretendia responder ao e-mail do MEC. Argumentou que a comunicação deveria ter sido feita à Fundação Wikimedia, com sede na Califórnia. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC vai testar Enem digital e prevê prova 100% online em 2026

Lígia Formenti, Isabela Palhares e Júlia Marques

Brasília e São Paulo

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto, apresentado nesta quarta-feira, 3, pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020, em um projeto-piloto. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando o governo prevê extinguir a prova de papel.

Segundo Weintraub, o modelo aumentará a concorrência. "Duas ou três grandes empresas conseguem hoje se credenciar." A mudança, disse, permitirá que mais estudantes façam a prova, incluindo os que têm mobilidade reduzida.

Para o projeto-piloto, devem ser desembolsados R\$ 20 milhões - no formato atual, o custo de aplicação para este ano, com cerca de 5 milhões de participantes, é de R\$ 500 milhões. Segundo o MEC, os custos iniciais da versão digital serão "expressivamente maiores" do que da versão atual, mas a expectativa é reduzi-los ao longo dos anos. O plano prevê que toda a prova seja realizada de forma digital, incluindo a Redação.

Um dos objetivos é ter, nos próximos anos, a aplicação da prova em mais de uma data ao ano - até quatro no projeto original. O que, na avaliação do ministro, retiraria "a agonia" de um exame de tamanha relevância ter só uma aplicação.

Os riscos de fraude, segundo o ministro, também serão menores. "O Brasil tem tecnologia para isso. O sistema bancário é todo eletrônico." E depois emendou: "Mas bandido é criativo." Questionado se um hacker não poderia invadir o sistema para fazer a prova do candidato, afirmou ser mais fácil uma invasão só na nota - risco que, em tese, já existiria hoje.

CLIPPING



O MEC disse ainda que a versão online facilitará a realização de provas por itinerários formativos, que valerão com o currículo flexível previsto na reforma do ensino médio. O candidato passará a fazer a prova conforme a área de estudo que escolheu para aprofundamento.

A ideia do Enem digital começou a ser discutida em 2012. Os últimos presidentes do Inep, órgão responsável pela prova, e principais quadros do MEC já defendiam a prova online, mas o principal entrave era exatamente a ausência de um banco de questões com robustez suficiente - as perguntas do exame passam por rigoroso processo, com dez etapas, entre a produção e a avaliação do item. O MEC admite ser preciso ampliar o banco de questões.

Secretária executiva do MEC na gestão Michel Temer, Maria Helena Guimarães disse ver com preocupação o prazo anunciado e a ausência de ações para ampliar o banco de questões. "Nossa avaliação, na época, era de que precisaríamos ter um banco com ao menos 5 mil itens. Temos muito menos que isso (o número não é divulgado, sob justificativa de segurança). Um banco de itens robusto e de qualidade exige investimento alto. Na União Europeia, a elaboração de cada item custa de 800 a 1 mil euros." Ela estima custo de R\$ 50 milhões para formar um banco com itens suficientes e de qualidade.

Mônica Franco, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (Cenpec), lembra que muitas escolas públicas ainda não têm computador ou internet. "O Enem não mede só o desempenho das escolas. Dá acesso à universidade. Por isso, é fundamental garantir a equidade de condições. Não podemos prejudicar ainda mais os mais vulneráveis e menos assistidos."

Alunos

Moisés Sousa, de 22 anos, que tentará vaga de Medicina em uma universidade federal, tem dúvidas sobre a alteração. Ele conta já ter feito prova online e não se deu bem. "Prefiro o lápis. No computador parece muito abstrato."

Já Daniel Silveira, de 23 anos, vê vantagem na Redação. "Você apaga mais facilmente e digita mais rápido. No papel, é difícil", diz ele, que pretende cursar Economia.

Em 2017, o MEC fez consulta pública sobre como melhorar o Enem: 70,1% responderam não concordar com a prova digital. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.